

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bragio Bonaldo

**A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA (CIC) EM 1982:
ILHA DA CULTURA OU CULTURA ILHADA?**

Renilton Roberto da Silva Matos de Assis

Florianópolis, junho de 2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Renilton Roberto da Silva Matos de Assis

**A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA (CIC) EM 1982:
ILHA DA CULTURA OU CULTURA ILHADA?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bragio Bonaldo

Florianópolis, junho de 2018



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 14 horas e 00 minutos. Sala 10 do Departamento de História, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr. Rodrigo Bragio Bonaldo (Orientador(a) e Presidente); Profª. Drª. Leticia Borges Nedel (Titular); Profª. Drª. Michele Petry (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 08/HST/CFH/2018, a fim de argüirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Renilton Roberto da Silva Matos de Assis, intitulado: **"A implantação do Centro Integrado de Cultura em 1982: ilha da cultura ou cultura ilhada?"**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr. Rodrigo Bragio Bonaldo, nota 9,0, Profª. Drª. Leticia Borges Nedel, nota 9,0, Profª. Drª. Michele Petry, nota 9,0, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 9,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 04 de julho de 2018. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 11 de junho de 2018

Rodrigio Bragio Bonaldo

Prof. Dr. Rodrigo Bragio Bonaldo (Orientador(a))

Leticia Borges Nedel
Profª. Drª. Leticia Borges Nedel (Titular)

Michele Petry

Profª. Drª. Michele Petry (Suplente)

Renilton Roberto da Silva Matos de Assis

Renilton Roberto da Silva Matos de Assis (Acadêmico)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Renilton Roberto da Silva Matos de Assis, matrícula n.º12106243, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "A Implantação do Centro Integrado de Cultura (CIC) em 1982: Ilha da Cultura ou Cultura Ilhada?", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 22 de JUNHO de 2018.

Rodrigo Bragio Bonaído

Orientador(a)

Prof. Dr. Rodrigo Bragio Bonaído

Prof. Dr. Rodrigo Bragio Bonaído
Coordenador do Curso de
Graduação em História
CFP/UFSC
Telefone: (48) 3721-9249

Dedico este texto a todos que acreditam e defendem a cultura como um direito de todos e não como um privilégio de poucos.

Isso significa que todas as vezes em que tocamos no patrimônio e em suas manifestações mais espetaculares, tocamos na esfera política, no sentido mais forte, não apenas politiquero. É preciso estar atento, pois a importância atribuída pelos políticos a um dado bem cultural ou natural pode ocultar a seus olhos a globalidade do patrimônio e seu papel no desenvolvimento. (VARINE, 2012, p. 117)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os profissionais do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Aos docentes que, comprometidos com sua função social, incentivaram e compartilharam seus conhecimentos e ensinamentos, aos técnicos administrativos e a todos os funcionários responsáveis por proporcionar uma Universidade com qualidade e boa estrutura. Agradeço de forma especial ao Prof. Dr. Hermetes Reis de Araújo, pela orientação durante o processo de construção desta monografia e por compartilhar seus conhecimentos sobre o campo da História, tendo que se afastar na fase final em razão de licença médica, assumindo gentilmente em seu lugar o Prof. Dr. Rodrigo Bragio Bonaldo, que ofereço meus sinceros agradecimentos pela orientação durante o processo final de conclusão desta etapa acadêmica. Aproveito também para agradecer meus amigos que contribuíram de alguma forma; portanto, não posso deixar de mencionar Maria Helena Barbosa, que gentilmente compartilhou fontes que foram importantes para a minha pesquisa, agradeço igualmente à Elisa Freitas Schemes, ao Tiago Lessa de Miranda, ao Diego Machado Lustosa e ao Rodrigo Rosa, amigos historiadores que em alguma medida souberam ouvir as minhas reflexões e acabaram por realizarem considerações que se revelaram úteis durante a escrita. Agradeço à Mayara Córdova pela paciência e pelo companheirismo durante todo o processo de pesquisa e escrita, período delicado para o exercício intelectual. Em absoluto poderia neste momento esquecer meu grande amigo Sidarta Rodrigues, que sempre incentiva a busca pelo conhecimento e tal como eu se orgulha de ser filho do bucólico e histórico Santo Antônio Além do Carmo, bairro de Salvador, parceiro de diálogos sobre nossas leituras preferidas, música, arte, filosofia, café e a vida, temas que compartilhamos por décadas de amizade. Por fim, não posso deixar de agradecer à Fundação Catarinense de Cultura, por meio da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, assim como aos prestativos colegas do Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública de Santa Catarina, por permitirem o acesso aos documentos e jornais necessários para a pesquisa, tão importantes para o ofício do historiador e de maneira especial para esta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso pretende discutir a política cultural materializada no Centro Integrado de Cultura Professor Henrique Silva Fontes (CIC), inaugurado em 1982. Assim, procura questionar o que permanece e o que mudou durante esse tempo. Desse modo, a narrativa abordará o contexto de sua construção, nos estertores da Ditadura Militar, como a maior obra desse período com finalidade cultural em Florianópolis. Busca-se discutir de que forma o surgimento dessa instituição atende diferentes interesses, como os da classe artística e de produtores culturais, que clamavam por um teatro maior para a cidade, ou dos políticos da época, que almejavam por meio das grandes obras se fortalecerem no poder. Portanto, o espaço foi construído para abrigar diferentes equipamentos culturais, como museus, teatro, cinema, galerias de arte, oficinas de arte e expressões artísticas, tais como dança música, artes visuais etc. O CIC foi erigido no espaço que abrigava a antiga horta do Presídio da Agrônômica, em uma área da cidade que se modernizava e tinha sua paisagem sensivelmente transformada. Mas, dentro desse processo de construções de grandes obras – como o aterro da Baía Sul, o Terminal Rodoviário Rita Maria, a ampliação das pistas da Avenida Beira-mar Norte –, quais as reais intenções com a inauguração do CIC? O trabalho foi dividido em três capítulos; no primeiro deles apresenta-se breve contextualização sobre a principal obra de modernização do centro de Florianópolis durante a década de 1970, que foi a construção do aterro hidráulico da Baía Sul, bem como das propostas de construção de espaços de cultura naquela região de Florianópolis, as quais antecederam a construção do CIC. No segundo capítulo, abordam-se algumas das motivações para a construção do CIC e a sua inauguração. No terceiro capítulo discute-se política cultural no tempo da ditadura e seu reflexo no âmbito estadual, tal como são apresentados três exemplos de projetos na atualidade da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) que buscam ampliar o acesso ao CIC. Por fim, tendo em vista a ideia de cidadania cultural apresentada por Marilene Chauí (2006), são feitas cinco sugestões para contribuir com a abertura do CIC por meio de projetos e manifestações culturais que são pouco presentes no espaço.

Palavras-chave: Centro Integrado de Cultura Professor Henrique Silva Fontes (CIC). Política Cultural. Cidadania Cultural. Teatro.

ABSTRACT

The following undergraduate thesis intends to discuss the cultural policy materialized in Centro Integrado de Cultura Professor Henrique Silva Fontes (CIC), inaugurated in 1982. Thus, it seeks to investigate what remains and what has changed in the institution by means of a narrative that approaches the historical context of its building in the dusk of the Brazilian Military Dictatorship, when CIC was designed to be the major cultural facility of the period in the city of Florianópolis. It also seeks to discuss how the coming of the institution fulfills different interests, such as the artistic class' and the cultural producers' which would claim a bigger theater in the city; or the politicians', which attempted to stay in power by building majestic edifices. Therefore, the place was built to house different cultural units such as museums, theater, movie theater, art galleries, art workshops and a diversity of artistic expressions such as dance, music, visual arts etc. CIC was erected in a space that used to house the Agrônômica Prison garden in an area of the city modernized back then which had its landscape noticeably altered. But what really are the intentions behind CIC's inauguration throughout this historical process of majestic public works, such as the Baía Sul land reclamation, the Rita Maria Bus Terminal and the adding of new lanes on Beira-Mar Norte Avenue? The work has been divided in three chapters. In the first one there is a brief contextualization about the main public work that modernized the center of Florianópolis in the 1970's, the making of Baía Sul land reclamation likewise the proposal of building new cultural facilities in that region of the city, propositions that came before the building of CIC. In the second chapter, there is a discussion about some of the motivations that lead to the building and inauguration of CIC. In the third chapter the cultural policy in times of dictatorship and its repercussions in Santa Catarina are discussed; and it is presented three examples of recent projects of the Fundação Catarinense de Cultura that aim to increase the access to CIC. At last, bearing in mind the idea of Cultural Citizenship proposed by Marilena Chauí (2006), five suggestions are made to contribute for a democratic opening of CIC by bringing popular projects and cultural manifestations which currently are not very common at the place.

Keywords: Centro Integrado de Cultura Professor Henrique Silva Fontes (CIC). Cultural policy. Cultural citizenship. Theater.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ponte Colombo Salles, inaugurada em março de 1975, umas das obras de modernização da cidade na área central.....	24
Figura 2 – Aterro da Baía Sul no começo da década de 1980.....	27
Figura 3 – Montagem para compreender o processo de ampliação que, por meio do aterro, ajudou a transformar a paisagem da região.....	29
Figura 4 – Ilustração do projeto da Casa de Cultura para Florianópolis no começo da década de 1970.....	30
Figura 5 – Imagem da primeira proposta para a construção do CIC no aterro da Baía Sul	32
Figura 8 – Começo das obras de construção do CIC.....	39
Figura 9 – Maquete do CIC	41
Figura 10 – Terreno com vista ao fundo do Presídio da Agrônômica.....	42
Figura 11 – Imagem de fevereiro de 1982 apresenta obra ainda em fase de construção das fundações da edificação	42
Figura 12 – Obra em estágio avançado em junho de 1982.....	42
Figura 13 – Matéria sobre a inauguração do CIC.....	46
Figura 14 – Inauguração do CIC	47
Figura 15 – Matéria com os resultados parciais da Eleição de 1982 em Santa Catarina	49
Figura 16 – Texto do historiador catarinense Walter Fernando Piazza no qual aborda diferentes questões sobre a cultura e sobre a falta de sede do IHGSC e ACL.....	54
Figura 17 – Edição do Discotecando no MIS, realizada nos Jardins do CIC em janeiro de 2017.....	66
Figura 18 – <i>Banner</i> digital do edital de Oficinas de Arte e Cultura.....	67
Figura 19 – Gráfico da pesquisa que apresenta dados de meios de transportes utilizados para chegar ao CIC.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACL	Academia Catarinense de Letras
BPSC	Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
CCMQ	Casa de Cultura Mario Quintana
CCSP	Centro Cultural de São Paulo
CENTUR	Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves
CIC	Centro Integrado de Cultura Professor Henrique Silva Fontes
CFC	Conselho Federal de Cultura
DAE	Departamento Autônomo de Edificações
DAC	Departamento de Assuntos Culturais
DIDA	Diretoria de Difusão Artística
DPPC	Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural
FAS	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MARGS	Museu de Arte do Rio Grande do Sul
MASC	Museu de Arte de Santa Catarina
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHSC	Museu Histórico de Santa Catarina
MIS/SC	Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NDA	Núcleo de Documentação Audiovisual
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNC	Política Nacional de Cultura
TAC	Teatro Álvaro de Carvalho
TAR	Teatro Ademir Rosa
TRE-SC	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO	21
2.1 FLORIANÓPOLIS, UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO.....	21
2.2 BAÍA SUL E O DESLOCAMENTO DA CULTURA	23
2.3.1 Casa de Cultura	29
2.3.2 O CIC no centro da cidade	31
3 CENTRO DE CULTURA PARA FLORIANÓPOLIS.....	35
3.1 CENTROS DE CULTURA: ESPAÇOS MULTIFUNCIONAIS PARA AS PRÁTICAS CULTURAIS.....	35
3.2 CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA PROFESSOR HENRIQUE DA SILVA FONTES	37
3.3 A INAUGURAÇÃO E A CAMPANHA ELEITORAL DE 1982	45
3.4 QUAL CULTURA PARA O CIC?	50
4 OS DESAFIOS PARA O CIC EM UMA CIDADE TRANSFORMADA	57
4.1 POLITICA CULTURAL EM SANTA CATARINA SOB A DITADURA MILITAR	58
4.2 PROJETOS CULTURAIS E EDITAIS: POSSIBILIDADES DE DEMOCRATIZAÇÃO DO CIC	65
4.3 ALTERNATIVAS PARA O AMANHÃ: O CIC PARA TODOS E NÃO SÓ PARA ALGUNS	67
4.3.1 Possibilidades para a cultura no CIC	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

Quem se desloca do centro da cidade para o Norte da Ilha através da Via de Contorno poderá perceber um novo visual à altura do trevo próximo à Penitenciária do Estado. O terreno destinado a abrigar o Centro Integrado de Cultura recebe os últimos retoques em sua terraplanagem, com as obras devendo começar a ganhar ritmo intenso tão logo essa etapa preliminar esteja concluída. (CENTRO de Cultura, 1981, p. 4).

O interesse no tema de pesquisa aqui apresentado tem relação direta com a minha atuação como museólogo da Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Nesse período pude participar do desenvolvimento do projeto de reabertura do Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), em 2011, e acompanhar outras etapas das obras de reinauguração do Centro Integrado de Cultura Professor Henrique Silva Fontes (CIC). Nesses mais de sete anos como servidor público da instituição, não localizei nenhuma pesquisa voltada para a discussão histórica e nenhum espaço de memorial institucional sobre a implantação do equipamento cultural¹. Surgiu assim o interesse de construir uma pesquisa sobre a implantação do CIC e sua relevância para o campo cultural na capital catarinense.

No decorrer da pesquisa, outras reflexões e outros pontos também se tornaram relevantes, entre eles: por que é importante pensar o acesso à cultura no Brasil e em Santa Catarina? E por que pensar os espaços institucionais ou não, no contexto de reflexão sobre democracia e cultura? Essas questões nasceram do contato com as fontes, dos caminhos e das possibilidades que elas indicaram.

Esse espaço cultural pertencente ao Governo do Estado de Santa Catarina, construído mais de três décadas antes – em um momento em que a cidade atravessava um processo de ocupação imobiliária da Beira-mar Norte e de expansão para o norte da Ilha –, foi fruto de uma proposta da construção de um equipamento voltado para a cultura e, conseqüentemente, como um dos componentes do contínuo processo de modernização e aperfeiçoamento da infraestrutura urbana da capital catarinense. Portanto, a criação de um grande teatro se fazia urgente, sobretudo para atender as condições que se acreditavam necessárias para os melhores espetáculos fazerem escala em Florianópolis.

¹ “Sob o aspecto da macrodinâmica cultural, por equipamento cultural entende-se tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.)”.(COELHO, 1997, p. 546).

Nesse sentido, uma das questões mais recorrentes nos jornais do começo dos anos 1980 ao se falar de cultura era a respeito da quase falta da realização de grandes espetáculos em Florianópolis. Esses veículos atribuíam tal fato à ausência de um grande teatro, e ainda falava-se que os grandes eventos passavam direto de Curitiba para Porto Alegre, sem fazer escala na capital catarinense.

As gestões municipal e estadual na época tinham interesse no turismo de alta estação, notadamente no verão, com as praias como maior produto e destino. No começo dos anos 1980, os jornais locais noticiavam que Florianópolis recebia, sobretudo, turistas estrangeiros, destacando os argentinos como principais visitantes das praias florianopolitanas.

Também com intuito de beneficiar o turista, o prefeito Cordeiro falou sobre a construção, ainda neste ano, próximo a horta da penitenciária, do Centro de Convenções, ou “Casa de Espetáculos”, como ele próprio prefere definir: “Trata-se de um auditório com capacidade para 1.200 pessoas, coisa inédita em Florianópolis, que não é de agora, vem necessitando de um local como esse para trazer grandes shows, grandes espetáculos, que normalmente vão ao Paraná e Rio Grande do Sul e nem sequer são lembrados em Florianópolis, que também é uma grande capital”. (CENTRO de convenções, 1980, p. 5).

Desse modo, surgiu no âmbito da administração municipal a ideia da construção de um grande teatro em Florianópolis, com a capacidade de até mil lugares. Nesse processo apareceu a proposta do Governo do Estado de Santa Catarina para a construção do CIC, iniciada em fevereiro de 1981 pela terraplanagem do terreno e inaugurada em novembro de 1982.

O CIC, por ser considerado um dos principais espaços culturais do estado de Santa Catarina, o maior da capital catarinense, faz jus, portanto, a uma reflexão sobre os processos e as motivações empreendidas para a sua construção. Apoiada em fontes de jornais, de relatórios e do projeto arquitetônico, essa reflexão pode contribuir para a memória histórica desse equipamento cultural.

O governador da época assinou em agosto de 1980 a Lei nº 5.747, tomando emprestados da Caixa Econômica Federal recursos necessários para uma série de obras, incluindo a construção do CIC. Esta obra teve sua autorização e seu início em fevereiro do ano seguinte. A capital catarinense não ganharia apenas um teatro maior do que o Teatro Álvaro de Carvalho (TAC). A ideia era construir um equipamento em um terreno de 53.000 m², no qual, além de abrigar um teatro com capacidade para mil lugares, seria instalado um museu de artes plásticas, com oficinas de serigrafia, cerâmica, marcenaria, ateliê de desenho, pintura e escultura, e uma biblioteca com uma escola de música anexa.

Dessa forma, pretende-se analisar quais foram as principais motivações para a construção do CIC, e buscar relacionar quais são as ideias e vertentes pretendidas para o desenvolvimento cultural na época de sua implantação. Fazia o CIC parte de uma política cultural, ou se tratava apenas de uma obra pública com finalidade intimamente relacionada aos desejos eleitorais da elite política da época? Importante frisar que a construção do CIC nasce dentro do período final da Ditadura Militar, instaurada no Brasil após o golpe de 1964, e atende em certa medida os mesmos princípios de grandes obras do governo militar da época.

Esta pesquisa também se justifica por trabalhar com um espaço cultural que faz parte do processo de urbanização e expansão da cidade, descentralizando em alguma medida a oferta de lazer e cultura para fora do centro de Florianópolis, e ainda por se tratar de uma pesquisa histórica que contribuirá com a história desse equipamento cultural. Nesse sentido, é importante lembrar a afirmação do celebre historiador Marc Bloch: “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”. (BLOCH, 2001, p. 75).

Em relação ao recorte cronológico (1972-1982), a data inicial refere-se ao período de urbanização do centro da cidade, com destaque para a construção do aterro da Baía Sul, iniciada em 1972. No projeto para esse local, estava prevista a instalação de diferentes órgãos públicos, entre eles um teatro, um museu e uma biblioteca. Dando continuidade, será abordada a assinatura da Lei nº 5.747, em 1980, pelo governador Jorge Konder Bornhausen, tomando empréstimo da Caixa Econômica Federal para obter recursos necessários para a construção do CIC. Outro momento de referência para a análise é novembro de 1982, quando da inauguração do equipamento cultural. Esse recorte se faz necessário para se alcançar os objetivos da pesquisa.

A presente pesquisa tem como aspecto metodológico a abordagem qualitativa e exploratória, que se desdobrou no levantamento bibliográfico e documental. Essa escolha se deu pela dificuldade de se encontrar estudos anteriores sobre o tema aqui estudado.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizado. (GIL, 2008, p. 27).

A literatura existente sobre o CIC é escassa e voltada sobretudo a arquitetura e gestão pública, para desenvolver a discussão em torno do tema desta pesquisa. O primeiro trabalho localizado foi a dissertação de mestrado de autoria de Adriana de Medeiros (1998), intitulada **Identificação de riscos ambientais em espaços cênicos: o caso do Centro Integrado de Cultura – CIC. (Fpolis, SC.)**. Nessa pesquisa a autora identifica o risco ambiental em espaços cênicos utilizando o CIC como objeto de investigação.

A segunda pesquisa, também uma dissertação de mestrado intitulada **Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos**, de autoria de Aíla Seguin Dias Aguiar de Oliveira (2006), realizou a discussão sobre acessibilidade em centros culturais a partir do estudo de caso do edifício-sede da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (CENTUR), localizado em Belém (PA), e o CIC. Esse trabalho é importante para se entender conceitualmente o que é um centro de cultura e, sobretudo, a dimensão multifuncional desses espaços culturais. De acordo com a autora:

[...] uma nova configuração surgiu para o espaço destinado à cultura, conhecido como Centro Cultural. A característica principal deste novo espaço é a sua multifuncionalidade, a capacidade de abrigar diversas expressões culturais num mesmo local. Não há exatamente um modelo de centro cultural. Pode-se dizer que o centro cultural é o local de reuniões de produtos culturais, com a possibilidade de discuti-los e de praticar a criação de novos produtos. O público é formado pelos que exercitam a criatividade e pelos criadores potenciais, ou seja, todos. (OLIVEIRA, 2006, p. 38-39).

Também foi consultado o trabalho mais recente que aborda o CIC, intitulado **Pesquisa de Identificação de perfil de satisfação dos usuários do Centro Integrado de Cultura (CIC) como fonte de informação para Gestão Pública da Cultura**, de Ana Paula Weschenfelder (2016). Nessa pesquisa, a autora investigou o perfil de usuário do CIC e o seu nível de satisfação, com o intuito de levantar subsídios para gestão pública para cultura. Esse trabalho, por exemplo, contribui no entendimento de alguns aspectos que possam dificultar o acesso ao espaço cultural.

Outro trabalho utilizado, embora não aborde diretamente o CIC, é a dissertação de mestrado de Valmir José Oleias, intitulada **O lazer no Aterro da Baía Sul em Florianópolis: o abandono de um grande projeto** (1994). Nesse trabalho o autor desenvolve um estudo sobre a construção do aterro da Baía Sul em uma perspectiva de ocupação do espaço para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao lazer, e ajuda a compreender o contexto de modernização da área central da cidade na década imediatamente anterior à inauguração do CIC.

Ainda foi examinado o trabalho de autoria de Betina Maria Adams, intitulado **O patrimônio de Florianópolis: trajetória da gestão para a sua preservação** (2001). Nesse estudo, a autora discorre sobre a trajetória da preservação do patrimônio cultural e ambiental em Florianópolis, destacando a atuação dos agentes das três esferas governamentais envolvidas. A autora afirma que a construção do CIC propiciou condições para a dinamização da cultura em Santa Catarina.

Destarte, foram examinadas outras pesquisas que abordaram o desenvolvimento urbano e a modernização da cidade, por terem relação com o tema da presente pesquisa. A fim de tecer uma reflexão sobre esses aspectos de cultura e democracia, optou-se por eleger Marilena Chauí (2006, 2009), entre outros autores, que possam contribuir com a fundamentação teórica.

As fontes utilizadas foram consultadas no Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC), sendo pesquisados os jornais *O Estado* e *A Gazeta*, dois dos principais em circulação em Florianópolis no começo dos anos 1980. Na atualidade foram consultados o *Diário Catarinense* e o *Notícias do Dia*. Também foram consultadas fontes documentais institucionais da FCC, a saber: ata do seu Conselho Deliberativo; coleção de fotografias da obra de construção do CIC; publicações sobre a história da FCC.

No entanto, a procura e o levantamento de uma maior variedade de fontes que abordasse o tema constituiu-se em um grande desafio para a elaboração do presente trabalho. Não foi possível localizar nos arquivos institucionais outros documentos além dos mencionados anteriormente, revelando um grande vazio documental sobre esta parte da história do equipamento cultural e da própria Fundação Catarinense de Cultura. É importante ressaltar também a descentralização dos fundos documentais que prejudicaram uma análise pormenorizada das fontes institucionais. Contudo, em pesquisas futuras, entrevistas poderão ser utilizadas como forma de contemplar alguns aspectos que não foram possíveis de serem abordados.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, pelos quais se busca perceber o papel atribuído à cultura em Florianópolis dentro dos projetos de obras públicas entre as décadas de 1970 e 1980, com destaque para a construção do CIC.

O primeiro capítulo apresenta uma breve contextualização sobre as transformações urbanas que Florianópolis sofreu entre as décadas de 1970 a 1980, momento em que grandes

obras são realizadas, e a construção do CIC aparece de forma emblemática, por ser a última obra do governo do estado antes da eleição de 1982.

O segundo capítulo conceitua o que é cultura e centro de cultura, debruçando-se sobre as discussões sobre a necessidade de um novo e amplo teatro em Florianópolis e, por fim, aborda de forma detalhada o período que compreende da construção à inauguração do CIC, sem deixar de fora o contexto político da época.

O terceiro capítulo discute possibilidades para o CIC na atualidade, abrangendo ações que caminham para uma ampliação de acesso ao espaço por meio de algumas ações da FCC já em andamento. Discute-se ancorado na compreensão de cidadania cultural proposta por Marilena Chauí (2006, 2009), formas de inserir o CIC no circuito cultural de forma mais abrangente e polifônica, menos excludente.

Por fim, destaca-se que a presente narrativa apresenta uma visão das grandes obras do período desde a construção do aterro hidráulico da Baía Sul até chegar na construção do CIC. Um caminho que geograficamente avança do centro da capital florianopolitana indo em direção à porta de entrada do eixo norte e Trindade.

Desse modo, o presente trabalho de conclusão de curso pretende discutir a política cultural materializada no CIC na época da ditadura: o que permanece e o que mudou?

2 A CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Após exposição do engenheiro, a Câmara de Vereadores manifestou-se, através do Vereador Caruso, que na oportunidade pronunciou a frase que classifica como “mais importante” em todo o seu período de gestão. Ele disse “a comercialização desta área será o enterro do aterro da antiga Desterro”. (POLÊMICA..., 1981, p. 16).

O presente capítulo abordará alguns aspectos da remodelação e intervenção urbana em Florianópolis entre as décadas de 1970 a 1980, tais como a construção do aterro hidráulico da Baía Sul, passando pelo aumento de pistas da Avenida Beira-mar Norte e os consequentes desdobramentos que levaram à proposta de um teatro e centro cultural, pensados inicialmente para o centro, para o bairro da Agrônômica, que culminou na inauguração do CIC.

2.1 FLORIANÓPOLIS, UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

A inauguração da BR 101 nos idos dos anos 60, por exemplo, pode ser considerado um marco na expansão urbana do município de Florianópolis e de toda região, que, aliada à instalação da UFSC, além de outras empresas e órgãos estatais, tanto estaduais como federais, instalados na Capital, possibilitou uma posição hierárquica urbana superior a Florianópolis, em relação às outras cidades do estado. Ademais, na década de 70, foram realizadas diversas obras pelo Poder Público estadual que muito contribuíram para o crescimento urbano do município e das cidades circunvizinhas. (CAMPOS, 2009, p. 6).

Busca-se construir em alguma medida uma possibilidade de entendimento sobre os desdobramentos da política nacional no que concerne às grandes obras ocorridas em Florianópolis naquele contexto, tais como construção do aterro da Baía Sul e do Terminal Rodoviário Rita Maria, ampliação da Avenida Beira-mar Norte e do CIC. Todas essas obras estavam em consonância com o espírito de modernização empregado na época pela Ditadura Militar no Brasil.

Segundo Oleias:

É importante destacar que naquele momento político, ou seja, na década de 70, prevalecia no meio dos governantes o fundamento da concepção "modernizante e desenvolvimentista" do período ditatorial do regime militar, pois reproduzia-se nas gestões governamentais locais, com facilidade, a idéia das grandes obras. (OLEIAS, 1994, p. 45).

A capital catarinense, entre as décadas de 1970 e 1980, contexto de estudo do presente trabalho, era uma cidade que se transformava, com o surgimento de prédios, aterros,

demolições e a construção de estradas e pontes. No entanto, precisava de novos ambientes pensados exclusivamente para o desenvolvimento das práticas culturais, tais como espaços destinados para os esportes e o lazer.

Nesse sentido, escolhe-se refletir sobre a construção do CIC, dentro do contexto de grandes obras que foram realizadas na cidade, relacionando em alguma medida a sua implantação com a “expansão” de Florianópolis, que se espraia do eixo central em direção aos bairros vizinhos e às duas grandes universidades públicas na Ilha, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criada em 1960, e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), fundada em 1965, assim como em direção ao norte, com a construção da SC-401.

Destarte, por se tratar de um tema que se insere no campo cultural, emprega-se o conceito de campo proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu: “chamo de campo um espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos ou instituições que competem por um mesmo objetivo”. (BOURDIEU, 1983, p. 36.)

Embora não se trate do ponto central deste trabalho, torna-se importante para o entendimento discorrer, ainda que brevemente, sobre o processo de transformação urbana que a capital catarinense sofreu durante as décadas de 1970 a 1980. Não se pode, nesse sentido, deixar de relacionar os investimentos na infraestrutura da cidade e na cultura à inclusão no panorama nacional de grandes obras sob o governo militar, que estava instalado desde o golpe de 1964.

Portanto, nesse período, a configuração da área central e da Avenida Beira-mar Norte, assim como dos bairros Trindade, Pantanal e Itacorubi, sofreu significativas mudanças. Entretanto, é importante frisar que Florianópolis passou por transformações e remodelações de sua paisagem urbana de forma mais acentuada desde o começo do século XX, de acordo com Betina Maria Adams:

O antigo porto, conexão vital da cidade com o mundo até o início do século XX, permanece destituído de importância. A conexão marítima é substituída pelo elo de ferro representado pela Ponte Hercílio Luz e as vias de concreto que lhe seguem, tomando-se passagem para uma nova concepção de movimento e transporte. A cidade perde a proximidade com a borda d'água com a desativação do porto, que é aterrado e serve agora não só de passagem, mas também de estacionamento. Perde-se o encanto do movimento das águas e cria-se uma barreira, sem diálogo entre a cidade e o mar. (ADAMS, 2001, p. 203)

Florianópolis, capital do estado, com data oficial de fundação em 23 de março de 1673², tendo a maior parte de seu território situada na Ilha de Santa Catarina, nos anos 1970 se ligava ao continente por via terrestre apenas pela Ponte Hercílio Luz e pela Ponte Colombo Salles, conforme os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano de 1970, a cidade tinha população estimada em 143.414 habitantes; em 1980, essa população passou a ser de cerca de 196.055 pessoas, um crescimento populacional de mais de 30% em uma década.

Mesmo com tal crescimento, Florianópolis era uma das capitais menos populosas da época. João Pessoa (PB), por exemplo, em 1970 tinha uma população estimada em 228.418 habitantes, e em 1980 contava com 338.629 cidadãos. Na Região Sul, Curitiba (PR) tinha em 1970 população estimada em 624.362 pessoas e, dez anos depois, em 1980, contava com 1.052.147. O Rio de Janeiro (RJ), centro de efervescência cultural, contabilizava 4.315.746 habitantes no censo de 1970 e 5.183.992 em 1980; São Paulo (SP), maior cidade do país, no censo de 1970 registrava 5.978.977 habitantes e em 1980 uma população estimada em 8.587.665 pessoas. (IBGE, 2018).

Não obstante, mesmo em se tratando de uma cidade pouco populosa, existiam investimentos sendo feitos para o desenvolvimento urbano da cidade e de seu entorno. Segundo Jefferson Rafael Fonseca, a ideia de se criar uma cidade industrializada não se concretiza, passando-se para a proposta de “criar uma região metropolitana, tendo Florianópolis como centro, que diminuísse a influência que as regiões de Porto Alegre e Curitiba exerciam sobre outras cidades-pólo catarinenses” (FONSECA, 2005, p. 1-2). A seguir, serão abordadas algumas das obras que transformaram a paisagem da cidade e que contribuíram para o processo de expansão de Florianópolis em direção ao interior da Ilha de Santa Catarina.

2.2 BAÍA SUL E O DESLOCAMENTO DA CULTURA

A região central da cidade foi o espaço por excelência que sofreu as intervenções mais significativas na cidade durante as décadas de 1970 e 1980. Dentre elas, pode-se destacar a construção do aterro da Baía Sul, as construções das novas pontes de acesso à Ilha³ – sendo

² Em 2015, por meio da aprovação do projeto de Lei nº 15.709/2014, a capital catarinense passou a contar a sua fundação não mais da data de emancipação, que aconteceu em 23 de março de 1726, mas efetivamente em caráter oficial a data atribuída ao ano de povoação da antiga Nossa Senhora do Desterro pelo fundador Francisco Dias Velho. (Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, [2015]).

³ A Ponte Pedro Ivo Campos foi a última das três pontes a ser inaugurada, o que ocorreu apenas em 1991.

inaugurada em 1975 a Ponte Colombo Salles (Figura 1) – e a posterior implantação do Terminal Rodoviário Rita Maria, além da ampliação de pistas da Beira-mar Norte.

Para Jefferson Rafael Fonseca, nessa época ainda se buscava legitimar Florianópolis como capital do estado, o que contribuiu com as justificativas de transformações no espaço urbano. De acordo com o autor, “diversos órgãos públicos foram instalados na capital. Na zona central boa parte do antigo casario é derrubada para dar espaço à cidade moderna” (FONSECA, 2005, p. 2).

Figura 1 – Ponte Colombo Salles, inaugurada em março de 1975, umas das obras de modernização da cidade na área central



Fonte: Ponte Hercílio Luz (2017)

Entre 1972 e 1974, ocorreu a construção do aterro hidráulico da Baía Sul, dando prosseguimento às intervenções de caráter modernizador na cidade. A área aterrada corresponde, conforme Oleias, ao acréscimo “de um novo espaço físico de 600 mil metros quadrados em plena área central” (OLEIAS, 1994, p. 1).

A inspiração para o aterro florianopolitano se originou do aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, que, de acordo com Teixeira, “levou à contratação do paisagista Roberto Burle Marx que desenhou uma paisagem modernista, com sua lógica pictórica própria, hoje desfigurada totalmente pelo próprio Estado” (TEIXEIRA, 2002, p. 30).

No entanto, esse novo espaço no centro da cidade, criado com aterro, desde o seu começo foi motivo de polêmicas e divergências em relação a sua destinação. Na Câmara de

Vereadores de Florianópolis, discussões acaloradas questionavam a tentativa, feita em 1974 pelo Governo do Estado, de venda de 25% de partes do aterro para a iniciativa privada. Na época tal medida foi considerada pelo Vereador Caruso⁴ como o começo da polêmica sobre o uso do espaço.

[...] A 20 de março de 1974, através do projeto de lei enviado ao presidente da Assembléia Legislativa, o Governador Colombo Salles pretende criar uma lei que permite a alienação de 25% da área do aterro, estimada em 400 mil metros quadrados. Este projeto foi transformado na lei 5.013, de 25 de junho de 1974, a partir de quando áreas determinadas no aterro poderiam ser vendidas.

Isto só se tornou possível porque em 1973, a três de dezembro, através do Diário Oficial da União, o Presidente Médici publicou o decreto nº 73.244, onde autorizava “o aterro pelo Estado de Santa Catarina, de áreas de mar, situadas ao longo da Ilha e em faixa fronteira ao Continente e a cessão, sob o regime de aforamento dos terrenos que menciona”. [...]. (POLÊMICA..., 1981, p. 16).

Nesse contexto de impasse quanto ao uso da área aterrada, transcorreram quatro anos após a tentativa de venda de parte da área. O Governador Antônio Carlos Konder Reis, sucessor de Colombo Salles, de fato “nunca viria a comercializar a área do aterro da baía sul de Florianópolis” (POLÊMICA..., 1981, p. 16). Tomou, assim, uma decisão oposta, sendo feito ao seu pedido, por meio do Decreto nº 5.392, de 24 de julho de 1978, o tombamento do aterro.

O governo na época, com o intuito de organizar espacialmente a nova área, contratou a empresa de paisagismo do arquiteto Burle Marx, cuja “[...] função restringia-se em elaborar o Projeto Paisagístico e a devida ordenação dos equipamentos de lazer” (OLEIAS, 1994, p. 58).

Dentre as propostas de ocupação, surgiu a ideia da construção de um teatro, de um museu, mas nenhuma das propostas foi efetivada naquele espaço da capital catarinense. A ocupação do aterro da Baía Sul previa a construção de 23 itens, e se daria da seguinte forma, conforme Oleias:

Na proposta de ocupação do espaço físico do Aterro da Baía Sul, de acordo como projeto de urbanização desenvolvido pelo escritório técnico J. C. de Figueiredo Ferráz Ltda./Croce, Aflalo & Gasperini - Arquitetos Ltda e sob a responsabilidade do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, estavam previstas 23 instalações: 01) Palácio do governo; 02) Assembléia Legislativa; 03) Secretarias do Estado; 04) Palácio de Justiça; 05) Prefeitura; 06) Museu; 07) Teatro; 08) Biblioteca; 09) Prédio dos Correios e Telefonia; 10) Centro Comercial; 11) Centro Localizado; 12) Escritórios para a Iniciativa Privada; 13) Hotel para a Iniciativa Privada; 14) Garagens; 15) Restaurante - Bar; 16) Quadra de Futebol; 17) Quadra de Basquetebol, 18) Aeromodelismo; 19) Velomodelismo; 20) Posto da Petrobrás; 21) Play Ground; 22) Terminal de ônibus; 23) Tribunal de Contas. Dessas instalações e

⁴ Waldemar Joaquim da Silva Filho foi vereador de Florianópolis pela UDN em 1963 e pela ARENA de 1967 a 1983 (CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, [201-]).

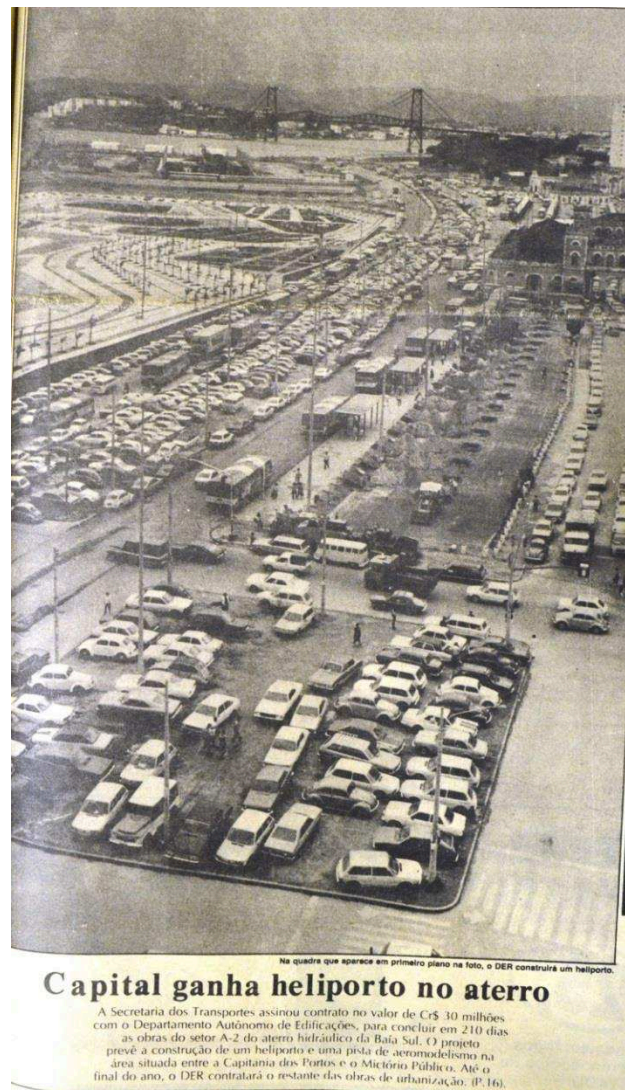
seus respectivos equipamentos de Lazer, elaborado pela firma Burle Marx e Cia. Ltda, apenas 08 foram executadas. As demais, 15 instalações, sequer foram iniciadas. (OLEIAS, 1994, p. 60-63).

Todavia, a porta de entrada da cidade não reflete as preocupações das administrações municipal e estadual com o desenvolvimento urbano e, por conseguinte, com o turismo. Ao contrário, denota um uso confuso da área, e contribui sobremaneira para a construção de uma imagem de falta de organização. Além disso, a real destinação se afasta totalmente da proposta de tombamento, que incentivava o uso da região para finalidades de paisagem e lazer. Por conseguinte, pode-se verificar que, desde aquela época, nenhuma solução prática foi desenvolvida para transformar essa área da cidade em um espaço cultural, evitando que se tornasse um grande estacionamento de carros, ônibus e motos.

Dessa forma, com a desfiguração do projeto inicial para o aterro da Baía Sul em meados dos anos 1970, não ocorreu a implantação do museu nem do teatro no projeto que resultou apenas oito das vinte e três obras previstas para o local.

Se para a região não veio o prometido museu, o teatro ou qualquer outro equipamento cultural, foi anunciada na matéria de capa do jornal *O Estado*, de 26 de janeiro de 1980 (Figura 2), a abertura de um heliporto. Contudo, o que chama atenção na notícia é a fotografia que a acompanha, na qual se percebe um panorama de subaproveitamento do espaço criado com o aterro, sendo amplamente utilizado como estacionamento.

Figura 2 – Aterro da Baía Sul no começo da década de 1980



Fonte: *O Estado* (CAPITAL..., 1980, capa); Acervo BPSC

As obras no aterro continuaram, e, cerca de um ano antes da cerimônia de inauguração do CIC, foi inaugurado o Terminal Rita Maria no aterro da Baía Sul. O evento ocorreu no dia 7 de setembro de 1981, uma multidão lotava o local, prestigiando a inauguração da nova rodoviária, embalada com músicas de Fafá de Belém.

O terminal foi inaugurado em um grande evento, com um show de Fafá de Belém, que reuniu milhares de pessoas. Joice da Silva Luiz, que trabalha há 30 anos no Rita Maria, estava lá e não esquece da hora em que Fafá cantou o hino brasileiro. — Foi muita emoção – lembra. (SCHMITT, 2011).

As obras viárias em Florianópolis entre as décadas de 1970 e 1980 não se restringiram apenas à construção da Ponte Colombo Salles e às pistas no aterro da Baía Sul. Também foi destaque, naquele contexto de modernização da cidade, a duplicação de pistas da Avenida

Beira-mar. A avenida, oficialmente conhecida como Avenida Jornalista Rubens Arruda Ramos, foi construída inicialmente na década de 1960, em um espaço estabelecido junto ao mar. Com o acréscimo, dado pela obra de duplicação, entrava em sintonia com a obra do aterro realizada na área central da cidade. Assim, através dos seus cerca de 7 km, passava a fazer a integração viária de forma mais eficiente para a época entre o centro da cidade e bairros como Trindade, além da saída para as praias do norte da Ilha.

Originalmente, a Avenida Beira-mar Norte compreendia o trecho entre a Rua Felipe Schmidt, na esquina com a Rua Almirante Lamego, e a altura do antigo bairro da Pedra Grande, hoje chamado de Agrônômica, mais ou menos onde está a lanchonete McDonald's. Tinha quatro pistas, duas para cada lado, com uma calçada na altura do mar. Foi implantada na década de 1960, entre as gestões de Osvaldo Machado, Dakir Polidoro, Paulo Vieira da Rosa e Acácio Garibaldi Santiago (1964 a 1970). (DAMIÃO, 2014).

Desse modo, a obra de ampliação das pistas teve início em abril de 1980, e a avenida com essa intervenção ganhou a configuração que permanece até a atualidade. Assim sendo, para o alargamento da avenida, foi feito novo processo de aterramento para a construção da pista adicional. “Os trabalhos do aterro mecânico iniciados a uma semana na complementação da Via de Contorno Norte (duplicação da Beira Mar Norte) prosseguem em ritmo acelerado com a mobilização de muitos caminhões e máquinas”. (AS NOVAS..., 1980, p. 16).

Em 22 de maio de 1980, o jornal *O Estado* divulgava detalhes da obra na matéria intitulada “Terceira pista da Beira-Mar estará pronta no final de 1981”. O texto detalha o desenvolvimento do aterro para abrigar a nova pista e a presença de novos elementos que comporiam o novo espaço, como ciclovias e calçadas para os prédios, valorizando ainda mais a região. “A terceira pista compreenderá duas pistas (ida e volta). Cada um terá 11 metros de largura, com três faixas de tráfego”. (TERCEIRA..., 1980, p. 16).

Nessa região ficam localizadas a Casa da Agrônômica, residência oficial do Governador do Estado de Santa Catarina, o Beiramar Shopping, inaugurado em 1993, tornando-se o primeiro *shopping center* da cidade. Na região, ainda ficam localizados prédios da Polícia Federal, do Ministério Público, entre outros órgãos públicos e empreendimentos privados, tornando a região uma das áreas mais valorizadas da capital catarinense.

Figura 3 – Montagem para compreender o processo de ampliação que, por meio do aterro, ajudou a transformar a paisagem da região



Fonte: Avenida... (2014)

Mas como fica a cultura nesse cenário de cidade em processo de modernização? Quais os espaços e projetos pensados? A seguir discorre-se sobre duas propostas de espaços culturais para o centro da cidade.

2.3.1 Casa de Cultura

O projeto de uma casa de cultura para a Rua Marechal Guilherme, embora seja anterior à construção do aterro da Baía Sul, será aqui mencionado em razão de sua proposta possuir algumas similitudes com a posterior proposta do CIC, sobretudo no que concerne à ideia de ser um espaço multiuso.

Logo o governo do estado buscou pôr em andamento a referida proposta, no começo dos anos 1970, da chamada Casa de Cultura, que também abrigaria a BPSC:

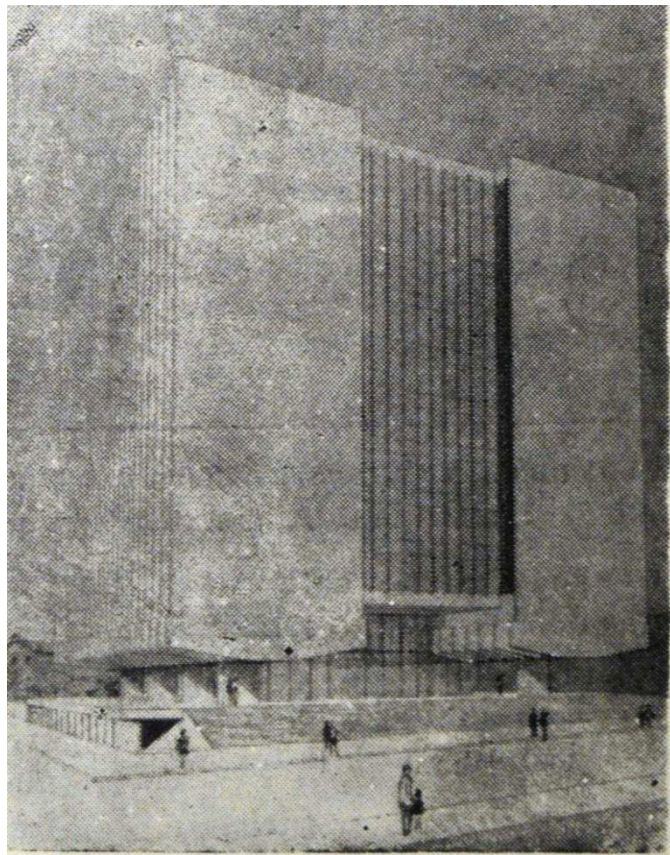
No decorrer da sua longa trajetória, não faltaram propostas de edificar uma sede própria e condizente para abrigar já vasto e valioso acervo da BPSC. A edição nº 1 de Janeiro de 1970 da revista Registro em Letras e Fotos, periódico editado pela Biblioteca Pública, estampa uma fotografia com a maquete do futuro “Palácio da Cultura”, destinado a abrigar a biblioteca pública estadual e outras instituições culturais. O prédio de nove andares seria erguido defronte à atual Praça Pereira Oliveira, esquina com a rua Marechal Guilherme. Tal idealização não prosperou, e

no local citado foi erguida outra edificação para instalação da Companhia Telefônica (Telesc). (MACHADO; MARCELINO, 2014, p. 12).

A Casa da Cultura, projetada para abrigar vários espaços e instituições, teria a seguinte configuração: “Do primeiro andar ao nono: Biblioteca Pública, Museus, Escola de arte, administração de letras, Conselho Estadual de Cultura, setores de Braille, Música e Discoteca, bar e restaurante, auditório e terraço” (BPSC, 1970, p. 13).

O projeto descrito da Casa da Cultura seria um espaço que se assemelha à proposta de um centro integrado de cultura, embora não tivesse na época essa denominação. Porém, nunca foi construída, adiando por mais uma década a instalação de um espaço cultural dessa natureza na cidade.

Figura 4 – Ilustração do projeto da Casa de Cultura para Florianópolis no começo da década de 1970



Fonte: BPSC (1970, p. 13)

Entretanto, foi construído em outro local um prédio que abriga atualmente a Biblioteca Pública de Santa Catarina, no espaço inicialmente denominado Casa da Cultura Embaixador Edmundo da Luz Pinto, na Rua Tenente Silveira, centro da cidade.

Das instalações da rua Visconde de Ouro Preto, a Biblioteca transferiu-se, em 1979, para a Casa da Cultura Embaixador Edmundo da Luz Pinto, localizada na rua

Tenente Silveira nº 69, dividindo espaço com outros órgãos, tais como a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte; Conselho Estadual de Cultura; Bureau Catarinense de Turismo; Conselho Estadual de Esportes e Escolinha de Artes. Inicialmente, ocupou o primeiro andar, parte do segundo andar e subsolo. (MACHADO; MARCELINO, 2014, p. 12).

Como esse espaço destinado não era suficiente para acomodar de maneira satisfatória a BPSC e as demais entidades mencionadas, isso levou a “diversas manifestações por parte de usuários e da imprensa escrita, que reivindicavam junto aos gestores culturais um espaço específico e apropriado” (MACHADO; MARCELINO, 2014, p. 13). Ainda em 1980, os outros órgãos culturais deixaram o espaço, que passou desde então a abrigar exclusivamente a BPSC.

Porém, em novembro de 1982, o historiador catarinense Walter Fernando Piazza, representando os interesses do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e da Academia Catarinense de Letras (ACL), questionou por que o espaço da antiga Casa de Santa Catarina, que foi utilizado para “construir a ‘Casa da Cultura’, com recursos advindos do Conselho Federal de Cultura, para exatamente, abrigar os órgãos exponenciais da Cultura Catarinense e tal não tem acontecido até o presente momento”. (PIAZZA, 1982, p. 26).

No capítulo seguinte serão retomados os questionamentos de Walter Fernando Piazza (1982) sobre a necessidade de sede própria para os órgãos que representava.

2.3.2 O CIC no centro da cidade

O primeiro projeto do CIC foi inicialmente previsto para o centro da cidade. O local estaria posicionado fisicamente na entrada da parte insular da capital, tendo provavelmente maior visibilidade e acesso a uma maior variedade de públicos, dada a sua proximidade com o comércio e os terminais de transporte urbano e rodoviário. Contudo, foi efetivamente construído na antiga horta do presídio, na Agrônômica:

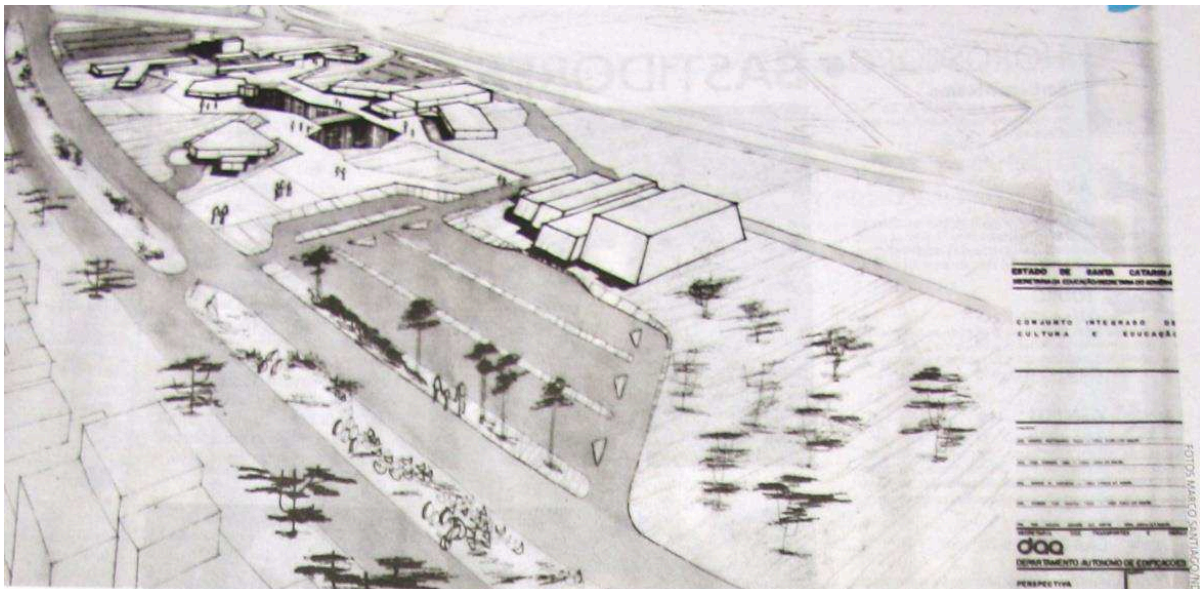
O primeiro projeto de construção do Centro Integrado de Cultura de Florianópolis, o CIC, apresentado pelos arquitetos Marcos Fiuza, Andrea Mattosinho Fiuza, Ilda Werner Inda, Isnard Azevedo e Thais Helena Abrahão dos Santos, há mais de 30 anos, propunha um centro integrado duas vezes maior que o atual. A localização também seria outra: no aterro da baía sul, onde atualmente se encontra o Ticen (Terminal de Integração do Centro). (MACÁRIO, 2012b, p. 5).

Em entrevista concedida ao jornal *O Estado*, publicada em 17 de dezembro de 1981, o engenheiro Francisco de Assis Filho, na época diretor geral do Departamento Autônomo de Edificações (DAE), menciona o redimensionamento do projeto em razão do corte de custos, o que ocasionou a mudança de local da instalação da edificação:

Antigamente o projeto de construção era destinado ao aterro da baía Sul e constava dos planos proporções bem maiores que as atuais. Mas na época fomos surpreendidos com uma carta da Caixa Econômica, liberando os recursos, mas fixando verba em Cr\$ 150 milhões, o que nos forçou a reduzir todo o programa que deu origem ao projeto. (CENTRO Integrado de Cultura fica pronto em 10 meses, 1981. p. 16).

O arquiteto Marcos Fiuza também, em matéria publicada no jornal Notícias do Dia, afirma que dois foram os principais motivos para tal decisão. O primeiro deles foi o redimensionamento em razão do corte de recursos, pois “mandaram cortar pela metade porque não tinha dinheiro”. De acordo com Fiuza: “O projeto inicial era mais quadrado, mais cubista, mas com o mesmo tipo de construção. Teria 20 mil m² e os espaços bem maiores do que são atualmente”. (MACÁRIO, 2012b, p. 5).

Figura 5 – Imagem da primeira proposta para a construção do CIC no aterro da Baía Sul



Fonte: Macário (2012b, p. 5)

O segundo problema apontado por Marcos Fiuza foi uma eventual sobreposição de projetos para o mesmo terreno:

Segundo ele, outro argumento do governo da época para mudar o CIC de lugar era porque o arquiteto carioca Burle Marx (1909 – 1994) havia previsto outro projeto no aterro da baía sul – plano executado parcialmente e, em vez disso, o terreno deu lugar ao terminal de ônibus. “O CIC nessa região seria uma maneira de valorizar o Centro de Florianópolis”, opina Fiuza. (MACÁRIO, 2012b, p. 5).

Nesse sentido, conforme argumento de Fiuza, o deslocamento do CIC para outra região da cidade não atendia apenas uma estratégia de desenvolvimento e descentralização para a cidade, mas também para não causar uma interferência no projeto de Burle Marx.

Entretanto, como foi abordado anteriormente, existia a previsão de um teatro e um museu no projeto do aterro da Baía Sul, que não foram executados. Então, por que não aproveitaram os espaços não preenchidos para implantar o centro de cultura no centro da cidade?

A não instalação dos espaços de cultura previstos no aterro afasta da região a possibilidade do gradual aumento do uso do espaço para finalidades culturais e, por conseguinte, na melhoria da segurança e preservação da região. Segundo Willy Kersten, produtor cultural de cinema e teatro de Florianópolis em trecho de texto de sua autoria na coluna “Opinião do Leitor”: “uma Concha Acústica que poderia ser construída no aterro da Baía Sul. Esta é uma obra de custo mais baixo uma vez implantada, atrairia o povo para os jardins de Burle Max, dando alma àquele logradouro”. (KERSTEN, 1982a, p. 4).

Pode-se também inferir que a posterior construção do CIC no começo dos anos 1980 não se trata de expurgo das práticas culturais do centro, haja vista outros espaços com finalidades culturais que ainda permaneceram na região, como a Casa da Alfândega. Todavia, contribui com o processo de expansão da cidade construir um equipamento cultural das proporções do CIC.

Não se tratava, pois, apenas de um processo de descentralização dos equipamentos públicos, uma vez que a cidade estava com seu chamado núcleo central se dilatando em direção a Trindade, Itacorubi, Saco Grande e outras partes da Ilha de Santa Catarina. Essa expansão urbana foi responsável pela criação de duas universidades públicas e da instalação da Eletrosul na década de 1960, assim como ocorreu o processo de encarecimento dos terrenos dos novos imóveis construídos. Dessa forma, o nascente espaço cultural fazia parte desse esforço das esferas pública e privada em reestruturar a cidade.

Segundo Edson Telê Campos (2009), a cidade passa por quatro períodos distintos de expansão urbana, e o CIC foi construído justamente entre o primeiro e segundo desses momentos. De acordo com o autor:

A expansão urbana da Região Metropolitana de Florianópolis iniciou no final da década de 60, começando pela Capital do Estado, passando depois pelo município de São José e se estendeu, também, posteriormente, aos municípios de Palhoça e de Biguaçu, como se constata na atualidade. Esta expansão urbana regional pode ser compreendida através de quatro períodos distintos: **1º) o boom imobiliário da década de 70; 2º) a crise dos anos 80; 3º) a retomada do boom imobiliário na década de 90 e, 4º) a explosão imobiliária a partir do ano 2000.** (CAMPOS, 2009, p. 6, grifos do autor).

Percebe-se que o tratamento dispensado pela gestão estadual na época não privilegiava o uso da área central da cidade para as necessidades culturais: “o Aterro da Baía Sul poderia

cumprir o papel de ser o centro polarizador das expressões culturais, administrativas e de lazer, desde que houvesse a devida condução e efetivação de seus objetivos propostos” (OLEIAS, 1994, p. 56).

Logo, em uma cidade com problemas de infraestrutura para o desenvolvimento de práticas culturais, museus, bibliotecas, teatros e cinemas assumem esse papel. Isso não é apontado como problema, sobretudo por se entender que cada um desses espaços culturais tem suas próprias dinâmicas e necessidades. Contudo, a cidade muda e as necessidades e expectativas sobre a cultura acompanham em alguma medida esse movimento.

Assim, a capital catarinense tem em seus museus, suas bibliotecas e seus teatros, na época, os principais agentes de preservação e difusão da cultura. A seguir serão tratados aspectos relacionados à construção e inauguração do CIC na Agrônômica.

3 CENTRO DE CULTURA PARA FLORIANÓPOLIS

A obra é, na verdade, o que de mais pomposo foi feito no Estado na área da cultura – embora poucos acreditem que esse cuidado seja estendido à intensificação do apoio à manifestação artística. (CENTRO Integrado de Cultura: sem informações, classe artística questiona a viabilidade da obra, 1982, p. 23).

Buscando compreender melhor o processo de construção do CIC, este capítulo contextualiza os principais aspectos da implantação do espaço a partir da análise dos periódicos e das fontes institucionais pesquisadas. Em termos teóricos, o capítulo é norteado pelo princípio de “[...] cultura como atividade social que institui um campo de símbolos e signos, de valores, comportamentos e práticas” (CHAUI, 2009, p. 39).

Porém, muitas são as abordagens possíveis sobre o tema cultura:

Definir o que é cultura não é uma tarefa simples. A cultura evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras. Em cada uma dessas áreas, é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos. Tal realidade concerne ao próprio caráter transversal da cultura, que perpassa diferentes campos da vida cotidiana. Além disso, a palavra “cultura” também tem sido utilizada em diferentes campos semânticos em substituição a outros termos como “mentalidade”, “espírito”, “tradição” e “ideologia” (Cucho, 2002, p. 203). Comumente, ouvimos falar em “cultura política”, “cultura empresarial”, “cultura agrícola”, “cultura de células”. Ao que se conclui que, ao nos referirmos ao termo, cabe ponderar que existem distintos conceitos de cultura, no plural, em voga na contemporaneidade. (CANEDO, 2009, p. 1).

Desse modo, a cultura na qual se está ancorado no presente trabalho é entendida nas relações imbricadas entre política, economia e sociedade, esta na sua pluralidade de grupos. A criação de um espaço destinado para a cultura durante o processo de modernização da cidade será analisada na perspectiva de suas relações com os diferentes agentes envolvidos, sobretudo governo e sociedade. Na sequência, será levantado o que é centro de cultura e alguns exemplos contemporâneos à construção do CIC.

3.1 CENTROS DE CULTURA: ESPAÇOS MULTIFUNCIONAIS PARA AS PRÁTICAS CULTURAIS

Em Florianópolis, assim como na maioria das cidades brasileiras, as bibliotecas, os museus e os teatros assumiram papel fundamental na difusão e construção de ações culturais antes do advento dos centros culturais no Brasil. Os museus e as bibliotecas preservam, pesquisam e comunicam de formas variadas os bens culturais sob a sua responsabilidade, já os

teatros serviram como palcos de desenvolvimento e difusão de variadas obras clássicas e contemporâneas da literatura nacional e mundial.

No entanto, com a construção de espaços multiuso que aglutinam em seu interior diferentes expressões culturais, cria-se um novo conceito de local para o desenvolvimento de atividades culturais. Mas o que é um centro de cultura? Segundo Oliveira:

Existem várias nomenclaturas para os espaços destinados a cultura: Centro de Cultura, Casa de Cultura, Atelier de Cultura... Seja o que for, é necessário dar um sentido aos espaços que, em nome da cultura, são construídos. Porém sabe-se que isso está relacionado com a própria cultura que se faz neste espaço. (OLIVEIRA, 2006, p. 39)

Ainda, de acordo com Oliveira:

[...] uma nova configuração surgiu para o espaço destinado à cultura, conhecido como Centro Cultural. A característica principal deste novo espaço é a sua multifuncionalidade, a capacidade de abrigar diversas expressões culturais num mesmo local. Não há exatamente um modelo de centro cultural. Pode-se dizer que o centro cultural é o local de reuniões de produtos culturais, com a possibilidade de discuti-los e de praticar a criação de novos produtos. O público é formado pelos que exercitam a criatividade e pelos criadores potenciais, ou seja, todos. (OLIVEIRA, 2006, p. 38-39).

Contudo, um longo caminho precisou ser percorrido para espaços culturais como o CIC começarem a surgir, e isso se deu inicialmente pela resistência do Governo Militar à ideia de construir espaços dessa natureza. Desde os anos 1960 “falou-se na criação das Casas de Cultura, como o fez Josué Montello, e do Programa de Ação Cultural do MEC em 1973, no governo de Médici” (OLIVEIRA, 2006, p. 41).

Não obstante, apenas duas décadas mais tarde, os primeiros espaços multiuso⁵ destinados a diferentes expressões culturais começaram a ser inaugurados, segundo Oliveira:

⁵ O Centro Cultural de São Paulo (CCSP) foi inaugurado em 1982 na capital paulista, exatamente no mesmo ano de inauguração do CIC. O projeto foi concebido com dimensões quase quatro vezes maiores que as do seu coirmão florianopolitano, e acompanha a tendência da época das grandes obras. Contudo, como citado anteriormente, o projeto do CIC para Florianópolis sofreu redução em suas dimensões, sendo construído com a metade do tamanho previsto originalmente. O outro exemplo contemporâneo ao CIC é a Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ), criada por meio da Lei estadual nº 7.803, de 8 de julho de 1983. A instituição funciona no centro de Porto Alegre (RS), no prédio do antigo Hotel Majestic. Diferentemente dos centros de cultura de São Paulo e Florianópolis, espaços culturais que tiveram projetos arquitetônicos especificamente desenvolvidos, a Casa de Cultura Mario Quintana foi instalada em uma edificação histórica que teve suas obras iniciadas em 1916, sendo completada em 1933. Após a sua transformação em centro de cultura em 1983, o espaço passou posteriormente por obras para abrigar adequadamente diferentes atividades culturais.

Conforme Coelho (1986), apenas na década de 80 é que surgirão os primeiros centros de cultura, mais ou menos dignos desse nome, financiados pelo Estado – dois, na cidade de São Paulo. O primeiro deles, o do Jabaquara, foi uma tentativa de implantação absolutamente empírica. Já o Centro Cultural São Paulo contou com um pouco mais de apoio organizativo. Cabe salientar que nenhum dos dois foi projetado para ser um centro de cultura, mas apenas bibliotecas. (OLIVEIRA, 2006, p. 41).

3.2 CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA PROFESSOR HENRIQUE DA SILVA FONTES⁶

O CIC é um espaço multiuso desde a sua construção sob a administração da FCC, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, que foi criada em 1979 durante o governo de Antônio Carlos Konder Reis.

Desse modo, a ideia de um centro cultural multiuso ganha fôlego, sobretudo, no começo dos anos 1980. Se antes as propostas de um espaço dessa natureza não frutificaram para o centro da cidade, muda-se então o foco para outra região, que se encontrava em processo de desenvolvimento urbano, com implantação de diferentes equipamentos públicos. O espaço foi criado com o objetivo de aglutinar diferentes instituições e atividades culturais, sendo um espaço de difusão/fruição, preservação e formação.

O CIC surgiu em um momento em que “o consumo de bens, após a década de 1970, começou a dividir espaço com o consumo de serviços para diversão, como espetáculos e eventos”. (HARVEY, 1996, p. 258 apud GIRELLI, 2015, p. 91).

Além disso, tendo em vista o conceito de centro cultural apresentado anteriormente, o CIC nasceu com expectativa de se tornar um espaço por excelência para o consumo das variadas formas culturais produzidas, tanto em nível local, quanto em nível externo. Todavia, na época um dos motivos mais ressaltados para a sua construção era a necessidade de a cidade possuir um espaço com dimensões suficientes para receber grandes espetáculos.

A proposta de um centro integrado de cultura nasceu inicialmente da necessidade de se construir um teatro na cidade com dimensões maiores, por exemplo, do que o antigo TAC, servindo como alternativa para a vinda de grandes espetáculos. O antigo teatro, situado em uma edificação construída na segunda metade do século XIX e inaugurado em 1875, já não atendia todas as demandas, conforme reclamações da época.

⁶ O CIC, antes mesmo de sua inauguração, recebeu essa denominação por meio da Lei nº 5.598, de 15 de dezembro de 1981, em homenagem ao professor Henrique da Silva Fontes.

Nesse sentido, corrobora com essa perspectiva uma carta publicada na coluna “Opinião do Leitor”, no jornal *O Estado*, em abril de 1980. Nela, o leitor Domingos Ferreira manifestou contentamento pelo anúncio da construção do novo teatro e, ao mesmo tempo, preocupação com as dimensões anunciadas, além de criticar os preços praticados pelos espaços culturais na época:

Senhores.

Na edição do dia 1 abril deste conceituado órgão da imprensa, li na coluna “Informação Geral”, que o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAZ, “já” garantiu recursos para a construção de um novo teatro para Florianópolis. Ótimo. Fiquei muito contente. Estamos mesmo necessitando. Agora o que realmente me deixou impressionado foi quando li, na mesma notícia que sua capacidade seria para 1000 pessoas. Isto será uma piada? Se hoje não existe maior demanda por promoções culturais em nossa cidade é, devido, principalmente, ao fato de as mesmas, além da qualidade que, geralmente, varia de regular para baixa (os bons não pisam aqui), os locais de apresentação são os mais ridículos possíveis, ou os ingressos são tão caros que excluem grande parte dos frequentadores. Segundo a teoria econômica: a oferta cria a demanda. Só teremos maior número de espectadores a partir do momento que tivermos um bom teatro, com capacidade para atender a atual e futura população florianopolitana, hoje, longe daquela mórbida população de uns 15 ou 20 anos atrás. (FERREIRA, 1980. p. 4).

Em 15 de junho de 1980, o mesmo jornal divulgou nova nota ressaltando a necessidade de um teatro maior para a capital catarinense, e reforçou o discurso de que a cidade perdia as grandes apresentações pela falta de um local adequado:

Teatro

Por falta de um local adequado para grandes apresentações, Florianópolis tem sistematicamente ficado de fora da maioria das apresentações artísticas de vulto que se promovem no País. Havia, até bem pouco, a falsa impressão de que o ilhéu não costumava incentivar com o seu comparecimento os espetáculos teatrais aqui programados. A **Ópera do Malandro** está aí para provar o contrário. Em seus cinco dias de cartaz no TAC, as 650 poltronas do velho teatro estiveram inteiramente tomadas. E mais houvesse para atender ao expressivo número de pessoas que ficou sem ingresso. Trata-se de mais uma evidente constatação da premente necessidade de um novo e maior teatro para a Cidade. (TEATRO, 1980, p. 4).

Porém, menos de um ano após esses questionamentos, em 10 de fevereiro 1981, a construção do CIC, espaço no qual constaria o desejado novo teatro, foi autorizada pelo governador Jorge Konder Bornhausen. Por sua vez, a obra começou em 27 de fevereiro do mesmo ano pela terraplanagem do terreno da antiga horta do presídio na Agrônômica, prevista para ficar pronta em um prazo de 18 meses, sofrendo pequeno atraso em relação a sua previsão inicial.

Os recursos para a construção do CIC, autorizados pela Lei nº 5.747, de 13 de agosto de 1980⁷, foram adquiridos por empréstimo feito pelo Governo do Estado à Caixa Econômica Federal, por meio do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). Previa-se que, “em caso de necessidade de suplementação, ela será feita pela Fundação Catarinense de Cultura com verbas específicas”. (CENTRO de Cultura estará concluído em 18 meses, 1981, p. 17).

Figura 6 – Começo das obras de construção do CIC



Fonte: *O Estado* (CENTRO de Cultura estará concluído em 18 meses, 1981, p. 17); Acervo BPSC

Inicialmente, para a construção do CIC – conforme a supramencionada lei –, foi contraído empréstimo no valor de Cr\$ 326.962.775. No decorrer da construção, contudo, houve necessidade de novos recursos, solicitados pela FCC, como previsto, sendo registrado na Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da FCC, realizada em 30 de junho de 1982, na qual consta como primeiro item de discussão a aprovação de empréstimo adicional para a conclusão das obras do CIC:

⁷ A lei autorizava que se tomassem emprestados recursos para construção do CIC, de escolas e de hospitais, totalizando Cr\$ 1.939.234.819,86 (um bilhão, novecentos e trinta e nove milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e dezenove cruzeiros e oitenta e seis centavos) (SANTA CATARINA, 1980).

O segundo item tratou do empréstimo da Caixa Econômica Federal, com recursos do F.A.S – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, para prosseguimento das obras do Centro Integrado de Cultura – CIC, em Florianópolis, obra esta que deverá concentrar os principais órgãos culturais de Florianópolis e que sem dúvida necessita da colaboração de todos para o engrandecimento do Estado de Santa Catarina, palavras estas ditas pelo presidente João Nicolau de Carvalho, o que foi aprovado por todos. Sendo assim, o empréstimo foi autorizado e os documentos vistos e aprovados na data de hoje, devendo ser baixada resolução neste sentido. (FCC, 1982, p. 12-13).

Destaca-se que na ocasião compunham o referido Conselho Deliberativo: o superintendente João Nicolau de Carvalho, que presidia os trabalhos, Victor Márcio Konder, Osvaldo Ferreira de Melo, Licurgo Ramos da Costa, Caetano Fachini e Enio Carneiro de Cunha Luz. Importante frisar a presença nesta composição de alguns dos membros das famílias mais influentes e tradicionais da política catarinense. A composição desse conselho levava em conta o art. 7º do Decreto nº 7.439, de 24 de abril de 1979:

Art. 7º - O Conselho Deliberativo, órgão de administração da Fundação Catarinense de Cultura, será constituído pelo Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, seu Presidente, pelo Superintendente da Fundação, que é o Secretário Executivo do Conselho, e por outros três Conselheiros, nomeados pelo Governador do Estado. (SANTA CATARINA, 1979).

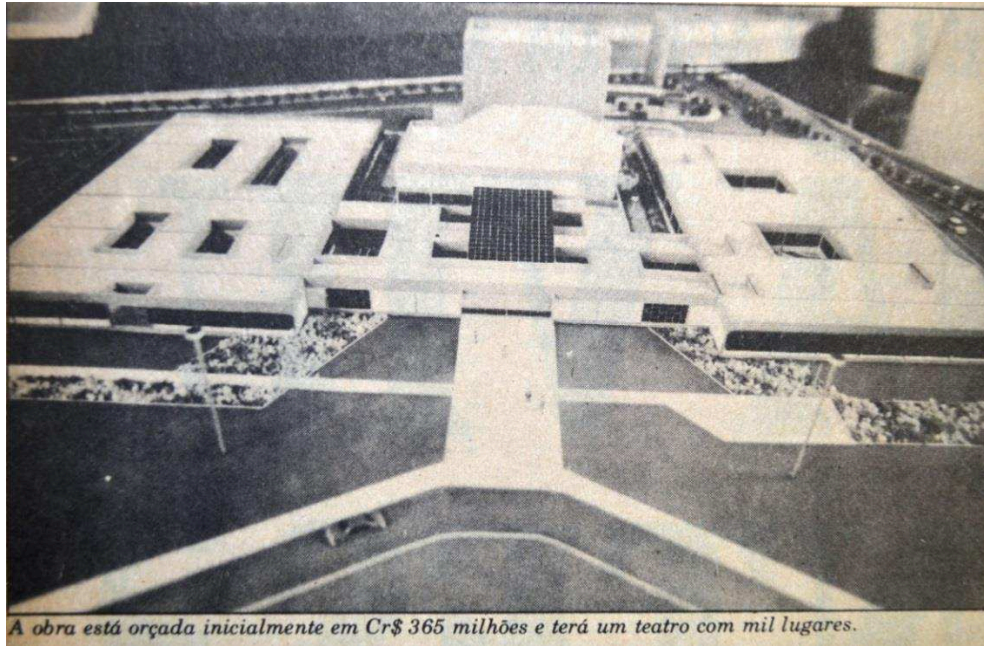
A obra, segundo matéria do jornal *A Gazeta*, de 12 de novembro de 1982, foi finalizada com um custo total de Cr\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de cruzeiros) (CENTRO Integrado de Cultura será inaugurado sábado, 1982, capa). Convertidos em valores atuais, corresponderia a cerca de R\$ 14.390.712,66 (quatorze milhões, trezentos e noventa mil, setecentos e doze reais e sessenta e seis centavos), conforme cálculo realizado na ferramenta Atualização de Valores da Fundação de Economia e Estatística (FEE), que tem por base índices utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁸. Porém, os valores aqui apresentados são uma estimativa que tomou como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês da inauguração da edificação, sendo necessário um estudo mais aprofundado sobre esse aspecto relacionado à história da construção do CIC, que não será abrangido por esta pesquisa.

Quanto às características da edificação, o CIC possui 9.988 mil m² de área coberta e 47.959 mil m² de área descoberta, com um total de 57.957 mil m². Foi construído com materiais inovadores para época, como o concreto pré-moldado e o vidro em Blindex. A edificação possui espaços internos vazios, para serem instalados jardins de inverno e obras de artes.

⁸ Calculadora disponível em FEE (2018).

Na época em que as vigas de concreto iam moldando o CIC, na Capital, o conceito de centros integrados estava em alta no Brasil, e em várias cidades brasileiras foram erguidos espaços similares. “O projeto lança mão de concreto, material com o qual arquitetos e engenheiros haviam começado a trabalhar há pouco tempo. Então trabalhamos com estruturas independentes e pré-moldadas”, explica o arquiteto Marcos Fiuza, 61. Ele e outros quatro arquitetos foram responsáveis pelo projeto inicial da instituição. (MACÁRIO, 2012a, p. 4).

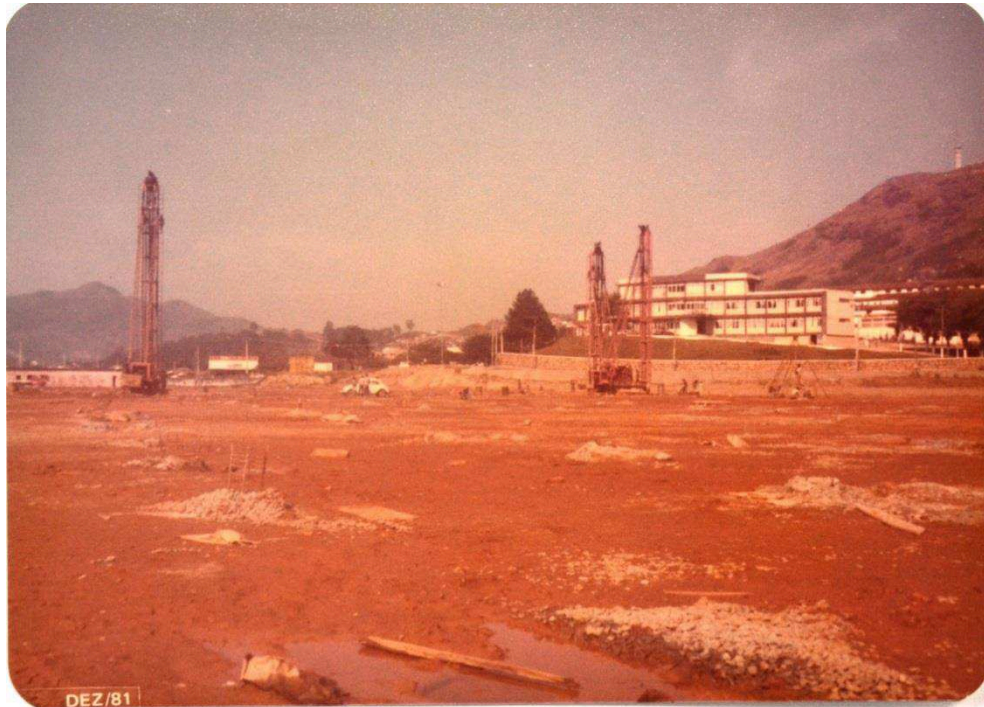
Figura 7 – Maquete do CIC⁹



Fonte: *O Estado* (CENTRO Integrado de Cultura fica pronto em 10 meses, 1981, p. 16)

⁹ De acordo com matéria publicada no jornal *Notícias do Dia* de 30 de agosto de 2012, a maquete original desapareceu por volta de 1997 (MACÁRIO, 2012a).

Figura 8 – Terreno com vista ao fundo do Presídio da Agrônômica



Fonte: Acervo arquivístico DPPC/FCC

Figura 9 – Imagem de fevereiro de 1982 apresenta obra ainda em fase de construção das fundações da edificação



Fonte: Acervo arquivístico DPPC/FCC

Figura 10 – Obra em estágio avançado em junho de 1982



Fonte: Acervo arquivístico DPPC/FCC

Porém, não existia consenso sobre a utilidade de um espaço de cultura fora do centro da cidade, existia certo temor sobre a sua utilização de forma adequada: “esperamos que o governo, na hora de contratar pessoas, faça uma rigorosa seleção para que o CIC não venha a se tornar um elefante branco”. (CENTRO Integrado de Cultura, 1982, p. 4).

Assim como não havia consenso sobre a manutenção do TAC, que fica localizado no centro de Florianópolis, do mesmo modo, com as obras do CIC em andamento, a polêmica sobre o novo e o velho teatro ganha destaque entre janeiro e fevereiro de 1982. Na coluna “Opinião do Leitor” do jornal *O Estado*, Willy Kersten, na época produtor cultural de cinema e teatro residente em Florianópolis, e Gilberto Gerlach, produtor de cinema de São José (SC), protagonizaram discussão sobre o destino do velho TAC e a necessidade de um novo teatro em sua substituição.

O primeiro defendia a imediata demolição do TAC e a sua substituição por um teatro novo e moderno, enquanto o segundo queria a sua manutenção. Segundo Willy Kersten, “já é tempo de tratarmos da substituição de nosso velho teatro, remendado e imprestável” (KERSTEN, 1982a, p. 4).

Kersten foi além e inclusive sugeriu ao governo a localização do novo teatro em substituição ao velho e o tamanho desejado. Segundo ele: “Poder-se-ia aproveitar toda a Praça

Pereira Oliveira demolindo-se o velho ‘Álvaro de Carvalho’ para ali se instalar uma casa de espetáculos com um mínimo de 1.500 lugares” (KERSTEN, 1982a, p. 4).

Na semana seguinte, na mesma coluna “Opinião do Leitor” do jornal *O Estado*, Willy Kersten voltou a defender a demolição do TAC e que “a solução é um teatro simples e grande” (KERSTEN, 1982b, p. 4).

Não conformado com suas declarações em defesa da imediata demolição do TAC, Willy Kersten, pela terceira semana seguida, publicou na mesma coluna, e dessa vez escreveu uma carta direcionada ao então candidato a – e futuro – governador Espiridião Amin. Na carta, ele o chama de forma íntima de “Dão” e pede para que insira em seu programa de governo a construção de um novo teatro no lugar do TAC, o qual ele solicita que seja demolido.

Teatro

Carta aberta a Esperidião Amin.

Meu caro Dão.

Como octogenário nascido ali na Rua Tiradentes, filho de negociante como V., bairrista até a medula e que chega a chorar quando deixam Santa Catarina para trás, ousou pedir-lhe como futuro Governador de nosso Estado, não um emprego nem um favor a que V. talvez relutasse na concessão, mas a inclusão no seu programa de Governo do propósito da construção de uma concha acústica e de um teatro. Proporcione a esse povo tão bom e sofredor, que vai levá-lo à Governança, alguns momentos de alegria e prazer espiritual. Ponha o velho teatro abaixo. Ocupe toda a Praça Pereira Oliveira. Não faça concurso de Projetos pois aparecerão obras de ostentação e construa um teatro simples com no mínimo .1.500 lugares (quem lhe escreve foi empresário durante vinte e poucos anos) e terá assim marcado para sempre o seu nome na história de Santa Catarina e de nossa Florianópolis. Um abraço e muito sucesso do Willy Kersten. – Florianópolis. (KERSTEN, 1982c, p. 4).

O TAC, durante a gestão de Esperidião Amin, não foi demolido, conforme era desejo de Willy Kersten. Ao contrário, foi tombado pela FCC por meio do Pedido de Tombamento (PT) nº 009/87 e oficializado como Patrimônio Histórico pelo Decreto nº 1.304, de 29 de janeiro de 1988.

Em 4 de fevereiro de 1982, na coluna “Opinião do Leitor” do jornal *O Estado*, foi publicado texto de Gilberto Gerlach intitulado “Em defesa do TAC”, no qual contrapõe os argumentos de Willy Kersten. No texto, Gerlach chama a atenção para a construção do CIC em andamento, que iria justamente suprir a cidade de um espaço apropriado para grandes espetáculos. Conforme Gerlach: “O projeto do Sr. Kersten, de dotar a cidade de um teatro para 1.500 lugares certamente será levado a efeito com a inauguração do Centro Integrado de Cultura” (GERLACH, 1982, p. 4).

Willy Kersten, na edição seguinte, respondeu Gerlach, reforçando suas críticas ao velho teatro, e desqualificando o CIC. Segundo ele, “o que almejamos não é um teatro como o Radio City Music Hall, em Nova York, mas um teatro simples, grande, no centro urbano como deve ser e não afastado como o Centro Integrado de Cultura” (KERSTEN, 1982d, p. 4).

Porém, a querela entre esses dois personagens da cultura local nos possibilita identificar opiniões sobre aspectos importantes relacionados ao patrimônio cultural e à difusão artística. De um lado estava a preservação do TAC e a valorização da construção do CIC, opiniões defendidas por Gilberto Gerlach; por outro, os reiterados pedidos feitos por Willy Kersten de demolição do TAC e sua substituição por um teatro amplo e simples, ao mesmo tempo que faz crítica à construção do CIC em um local fora do centro. Ainda assim, as opiniões convergem sobre a necessidade de um novo teatro para a cidade.

3.3 A INAUGURAÇÃO E A CAMPANHA ELEITORAL DE 1982

O cenário político em Santa Catarina em 1982 se constituía por dois grandes partidos com posições que divergiam de forma moderada: o Partido Democrático Social (PDS), legenda que governava o estado e estava um pouco mais próxima ao governo militar, e do outro lado o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)¹⁰. Pelo PDS concorreram Esperidião Amin para governador e Jorge Konder Bornhausen para senador – o último havia renunciado ao cargo de governador para concorrer ao Senado Federal, assumindo em seu lugar Henrique Córdova. Já pelo PMDB concorreram Jailson Barreto para governador e Pedro Ivo Campos para senador.

Especialmente naquela conjuntura política, os candidatos governistas se aproveitavam das inaugurações para reforçar suas imagens e alavancar popularidades, com evidente interesse em resultados eleitorais.

Entre as inaugurações que antecederam a eleição de 1982, a do CIC ficou marcada como a última grande obra entregue, ocorrendo exatamente um dia antes da eleição. Na ocasião, o jornal *A Gazeta*, em sua edição do dia 12 de novembro de 1982, estampava com destaque em sua capa a notícia sobre a cerimônia de entrega e de abertura do espaço: “inaugura sábado à tarde o Centro Integrado de Cultura ‘Professor Henrique da Silva Fontes’,

¹⁰ Em convenção partidária realizada em dezembro de 2017, o partido mudou seu nome para MDB, em alusão ao nome do partido entre 1966 e 1979. A legenda fazia oposição moderada à Ditadura Militar, sendo refundado em 1981 com o nome de PMDB. (BEDINELLI; BENITES, 2017).

em Florianópolis, encerrado o ciclo de inaugurações de obras públicas antes das eleições há cerca de três meses”. (CENTRO Integrado de Cultura será inaugurado sábado, 1982, capa).

Figura 11 – Matéria sobre a inauguração do CIC.

Construído em um ano, o Centro Integrado é aberto



Na inauguração, destaque para as obras realizadas pelo Governo.

O Centro Integrado de Cultura foi inaugurado ontem às 19 horas com a participação de mais de 500 pessoas. Estiveram presentes à solenidade de inauguração o Governador do Estado Henrique Córdova, o candidato a governador Esperidião Amin, o candidato ao Senado Jorge Bornhausen e diversas autoridades.

O primeiro discurso de inauguração foi feito pelo Secretário de Cultura, João Nicolau de Carvalho que ressaltou esta obra como uma das maiores realizadas pelo Governo do Estado, citando outras de relevância estadual. A solenidade de inauguração do Centro Integrado de Cultura Henrique da Silva Fontes foi bastante simples e de muitos discursos. Muitas atividades foram realizadas a partir das 17 horas, com apresentação de bandas, do Boi de Mamão do Itacorubi e passeio pelo local.

O Governador Henrique Córdova falou logo após o discurso do Secretário de Cultura e além de reafirmar suas palavras citou todas as obras realizadas durante o Governo Jorge Bornhausen. Disse que “devemos prestar homenagem àquele que em três anos e dois meses realizou mais de seis mil obras. Que foi capaz de construir duas mil salas de aula, dois mil, duzentos e trinta e um quilômetros de estrada, 870 dos quais já asfaltados, de construir um Centro Piloto de Educação como o Centro Dom Jaime de Barros Câmara, além do Centro de Educação Especial onde estão abrigados os excepcionais que “agora finalmente têm um local adequada para sua educação”. O governador do Estado Henrique Córdova lembrou ainda que hoje se dará a inauguração no município de Joinville da Central de Hortigranjeiros e do Hospital Regional de Joinville.

No final do discurso Córdova lembrou que “as pessoas que realizaram obras desse gênero continuarão realizando preocupados com a população e com o seu desenvolvimento. E aqueles que só fazem denegrir esse trabalho terão uma resposta com a inauguração de mais obras desse porte.

Logo após a inauguração e o corte da fita, todos os presentes foram convidados a visitar as instalações do Centro Integrado de Cultura Henrique da Silva Fontes. Depois de descerrada a fita, o presidente da Câmara Municipal, Cesar Fontes, fez um discurso agradecendo em nome da família Fontes a homenagem prestada pelo Governo Estadual colocando Henrique da Silva Fontes como patrono “de uma obra de inegável importância para todos os catarinenses”.

Fonte: *O Estado*, 1982, p. 2; Acervo BPSC

Figura 12 – Inauguração do CIC



Fonte: Acervo MIS/SC

O CIC foi inaugurado às 19h do dia 13 de novembro de 1982, diante de cerca de 500 pessoas e com apresentação da Banda de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro. Na ocasião, o governador Henrique Córdova, na presença do candidato ao governo Esperidião Amin e do ex-governador e candidato ao senado Jorge Konder Bornhausen, entre outras figuras políticas, discursou ressaltando a importância da inauguração do novo espaço cultural. Além disso, mencionou outras obras da gestão da qual fazia parte, dando um tom de discurso eleitoral para a cerimônia de inauguração, haja vista que no dia seguinte os catarinenses iriam às urnas eleger o próximo chefe do executivo, bem como deputados e senadores que os representariam.

O Governador Henrique Córdova falou logo após o discurso do Secretário da Cultura e além de reafirmar suas palavras citou todas as obras realizadas durante o Governo Jorge Bornhausen. Disse que “devemos prestar homenagem àquele que em três anos e dois meses realizou mais de seis mil obras. Que foi capaz de construir duas mil salas de aula, dois mil, duzentos e trinta e um quilômetros de estrada. 870 dos quais já asfaltados, de construir um Centro Piloto de Educação como o Centro Dom Jaime de Barros Câmara, além do Centro de Educação Especial onde estão abrigados os excepcionais que “agora finalmente têm um local adequado para a sua educação”. O governador do Estado Henrique Córdova lembrou ainda que hoje se dará a inauguração no município de Joinville da Central de Hortigranjeiros e do Hospital Regional de Joinville. (CONSTRUÍDO, 1982, p. 2).

Comício ou cerimônia de inauguração? Pode-se dizer um pouco dos dois. Percebe-se pela fala do governador Henrique Córdova que a ocasião foi nitidamente capitalizada para ressaltar os feitos da gestão do seu antecessor, que estava no pleito ao senado. Obra eleitoreira ou atendimento a uma necessidade de infraestrutura cultural para a capital catarinense? A velocidade das obras chama a atenção, mas a data da inauguração foi no mínimo tendenciosa.

Desse modo, na semana seguinte, o jornal *A Gazeta* estampava a sua primeira página com resultados parciais da apuração de votos, com os candidatos do PDS liderando, cenário que permaneceu inalterado até o encerramento da contagem de votos, tendo como resultado Esperidião Amin eleito para governador do estado e Jorge Konder Bornhausen eleito para o Senado Federal¹¹.

Portanto, pode-se perceber que a estratégia de inaugurações dos três meses anteriores às eleições, incluindo o CIC, contribuiu com os resultados favoráveis para a dupla do PDS.

¹¹ Esperidião Amin foi eleito governador com 44,75% dos votos (838.150, em números absolutos) e Jorge Konder Bornhausen foi eleito senador com 816.386 votos. (TRE-SC, [1998?]).

Figura 13 – Matéria com os resultados parciais da Eleição de 1982 em Santa Catarina





Fundador: Jairo Callado

Esportes

pág. 8

Florianópolis, Sábado, 20 de Novembro de 1982 ANO XLIX NÚMERO 12.325

VITÓRIA PARCIAL DE AMIN CONFIRMA PESQUISA ELEITORAL




Governo do Estado

Os votos computados até à noite de ontem em todo o Estado, após a apuração de 7.947 urnas, registramos a seguinte situação:

- Espiridião Amin — PDS — 727.892
- Jaison Barreto — PMDB — 702.329
- Ligia Doutel — PDT — 1.989
- Eurides Mescoloto — PT — 3.854
- Osmar Cunha — PTB — 1.239
- Diferença pró-Amin — 25.563

Para o Senado

- Jorge Bornhausen — PDS — 706.140
- Pedro Ivo Campos — PMDB — 688.555
- Acácio Bernardes — PDT — 1.233
- Valmir Martins — PT — 3.239
- João Casnok — PTB — 1.198
- Diferença pró-Jorge — 17.583

Fonte: *A Gazeta*, 1982, capa; Acervo BPSC

Na inauguração do CIC, além da mencionada Banda de Fuzileiros Navais, salientam-se as presenças da Banda Tremel, de São Bento do Sul, das bandas de Santo Amaro da Imperatriz, da Banda Amor a Arte, de Florianópolis, e da Filarmônica Comercial. Para encerrar, ocorreu uma apresentação de Boi de Mamão realizada pelo Grupo Folclórico do Itacorubi (CENTRO Integrado de Cultura será inaugurado sábado, 1982, capa). Porém, os discursos políticos assumiram o papel de “grande atração” da solenidade: se na inauguração

do Terminal Rodoviário Rita Maria uma multidão foi ouvir Fafá de Belém, no CIC pouco mais de 500 pessoas tiveram que se contentar com o governador Henrique Córdova discursando sobre os feitos da gestão do seu antecessor e candidato ao Senado, Jorge Konder Bornhausen.

Pode-se dizer que, se não existe uma definição de política cultural fortemente construída com apoio de camadas da sociedade que trabalham diretamente envolvidas com o campo da cultura e que pensem em produção cultural para o benefício de uma sociedade e não apenas de um grupo privilegiado ou determinado governo, arrisca-se a construir algo que não funcionou de forma eficiente.

Passada a análise da inauguração, que ocorreu em uma velocidade que permitiu a sua capitalização política, passa-se agora a buscar entender que cultura ou culturas o CIC abrigaria após a sua abertura?

3.4 QUAL CULTURA PARA O CIC?

As ações culturais previstas na ocupação inicial do CIC se relacionam, sobretudo, com as artes, ficando de fora outras dimensões da cultural local. O engenheiro Francisco de Assis Filho descreve na época ao jornal *O Estado* as características técnicas das futuras dependências do CIC:

“Dando atenção especial à construção do teatro, estamos tentando fazê-lo dentro das melhores condições técnicas”, continua o diretor do DAE. “Ele deverá permitir apresentações de dramas, óperas ou som mecânico, com a parte cenotécnica eficiente, mas sem grandes sofisticções. Contará com uma mesa eletrônica, tipo computador, que permitirá 360 combinações de iluminação no palco, além de equipamentos de sonorização para abrigar 36 artistas”. No setor bibliotecário, além das bibliotecas, o CIC contará com a parte de armazenamento de livros, recuperação de obras raras, sala forte para obras valiosas. O museu de artes plásticas foi projetado com a preocupação de estar constantemente climatizado, de forma que as obras não sejam prejudicadas por variações de temperatura e umidade. (CENTRO Integrado de Cultura fica pronto em 10 meses, 1981, p. 16).

O mencionado museu de artes plásticas era o MASC, que em novembro de 1982 foi transferido para a ala sul do CIC – antes ocupava parte da Casa da Alfândega. No próximo trecho da descrição chama a atenção o perfil de cultura descrito por Francisco de Assis Filho:

Anexa ao museu de artes haverá uma escola de artes plásticas, dotada de instrumentos para pintura, cerigrafia, marcenaria, escultura, laboratório fotográfico e setores de exposição permanente e temporária. Haverá ainda um museu de som e imagem e uma escola de musica erudita, com ambientes polivalentes para aulas de ginástica e ensaios; salões para iniciação musical; sala para música de câmara; de

canto e coral; de cordas e sopros e de aulas individuais. Está projetado também um pequeno anfiteatro para recitais de solistas ou orquestras de câmara. (CENTRO Integrado de Cultura fica pronto em 10 meses, 1981, p. 16).

Nesse trecho alguns pontos merecem destaque: o primeiro deles diz respeito à ocupação dos espaços e à criação de instituições culturais. O mencionado museu de imagem e som, por exemplo, só vem de fato a ser criado por meio do Decreto nº 3.198, de 24 de setembro de 1998, o museu nasceu do Núcleo de Documentação Audiovisual (NDA) da FCC, que funcionou entre 1989 e 1998, sempre na ala norte do CIC¹².

Chama atenção na descrição de futura ocupação do CIC as tipologias de expressões culturais e espaços a serem criados dentro da nova edificação. Nesse sentido, a proposta descrita leva a compreender em alguma medida o que a gestão estadual na época entendia como cultura e, conseqüentemente, o que merecia a devida valorização.

Assim, quem ficou de fora dessa proposta de ocupação do CIC? O trecho de matéria publicada na capa do jornal *A Gazeta*, de 23 de outubro de 1982, apresenta informações que ajudam a compreender a separação de cultura que estava sendo desenvolvida na época pela gestão do governo. Na referida matéria, pode-se extrair que, com a saída do MASC da Casa da Alfândega, ficariam o artesanato e a arte popular por meio de uma mostra de longa duração.

Porém a arte não deixará definitivamente o velho casarão da antiga Conselheiro Mafra. No prédio onde hoje funciona o Museu ficará instalada, permanentemente, a Mostra Permanente do Artesanato e Arte Popular, o que propiciará, tanto aos ilhéus como aos turistas que já começam a chegar a Florianópolis para a temporada de verão, um contato maior, mais direto com a arte popular da capital e do Estado de Santa Catarina. Aliás, no prédio da Alfândega, onde até o mês de novembro próximo ficará o Museu de Arte de Santa Catarina, são incríveis as peças de artesanato da Ilha de Santa Catarina e de outras cidades do Estado, feitas de uma infinidade de materiais, como lata, madeira, zinco, pedras, peças de muita criatividade, e que bem demonstram a criatividade, a grande capacidade imaginativa dos artesãos catarinenses. (MUSEU..., 1982, capa).

Assim, pode-se perceber pela matéria que ocorreu uma nítida separação entre popular e erudito, ficando o popular na Casa de Alfândega, e o erudito passando a ocupar o CIC. Marilena Chauí, ao discutir cultura política e política cultural, oferece um panorama descritivo sobre essa divisão. Para a autora:

Ainda que cultura passasse a significar o campo materialmente determinado das formas simbólicas e dos modos de vida de uma sociedade, a divisão social de classes

¹² Saiba mais em: MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE SANTA CATARINA (MIS/SC). Plano Museológico do MIS/SC. Florianópolis: Prisma Cultural, 2011.

como distinção entre “culto” e “inculto” tornou-se predominante. Com ela: 1) a cultura e as artes distinguiram-se em dois tipos principais: a erudita (ou de elite), própria dos intelectuais e artistas da classe dominante, e a popular, própria dos trabalhadores urbanos e rurais; 2) quando pensadas como produções ou criações do passado nacional, formando a tradição nacional, a cultura e a arte populares recebem o nome de folclore, constituído por mitos, lendas e ritos populares, danças e músicas regionais, artesanatos etc.; 3) a arte erudita ou de elite passou a ser constituída pelas produções e criações das belas-artes, consumidas por um público de letrados, isto é, pessoas com bom grau de escolaridade, bom gosto e consumidores de arte. (CHAUI, 2006, p. 13).

Com isso, não se questiona isoladamente o fato de a cultura popular ser concentrada institucionalmente na Casa da Alfândega, no centro da cidade. Porém, essa divisão acaba carregando uma distinção de valor entre erudito e popular: se o primeiro ocupa instalações modernas e com melhores possibilidades de fruição pelo público, o segundo ficou em um espaço sem as mesmas condições técnicas.

Ainda, de acordo com Betina Adams, “com a construção do Centro Integrado de Cultura-CIC, foi criado um espaço físico que propiciou condições de dinamização da produção cultural”. (ADAMS, 2001, p. 142).

Mas o que é produção cultural? Pode-se olhar a cultura a partir da relação com a economia, segundo Fredric Jameson: “Dizer produção cultural equivale a dizer produção da vida cotidiana – e sem isso o sistema econômico não consegue continuar a se implantar e expandir”. (JAMESON, 2001, p. 60 apud GIRELLI, 2015, p. 84-85).

Destarte, se a dinamização da produção cultural aludida por Adams (2001) tem no CIC um aliado, significa uma ampliação de condições para que as diferentes expressões culturais em Santa Catarina se apropriem do espaço e aproveitem as condições técnicas e de espaços físicos para o desenvolvimento das suas atividades, de forma que sejam valorizadas. O CIC, no momento em que foi construído, parece obedecer à lógica que pensa em utilizar o local para valorizar a suposta “alta cultura”. Conforme Raymond Williams, “com frequência, esse parece ser hoje o sentido mais difundido: cultura é música, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema” (WILLIAMS, 2007, p. 121).

Existem outras expressões culturais que florescem a largo da academia, esses ofícios e essas experiências estéticas definem e representam regiões inteiras, como a carranca, escultura em madeira que é produzida em toda região do Rio São Francisco, ou os diferentes artefatos confeccionados a partir do barro pelos mestres oleiros de São José (SC). Muitos são os exemplos que poderiam ser apresentados e que demonstram a riqueza da produção cultural do que se desenvolveu fora da academia e expressa diferentes matrizes culturais. Todavia, se a

separação entre cultura de elite (erudita) e cultura popular for reforçada por meio das ações desenvolvidas no espaço, a tal dinamização e integração cultural não acontecerá verdadeiramente.

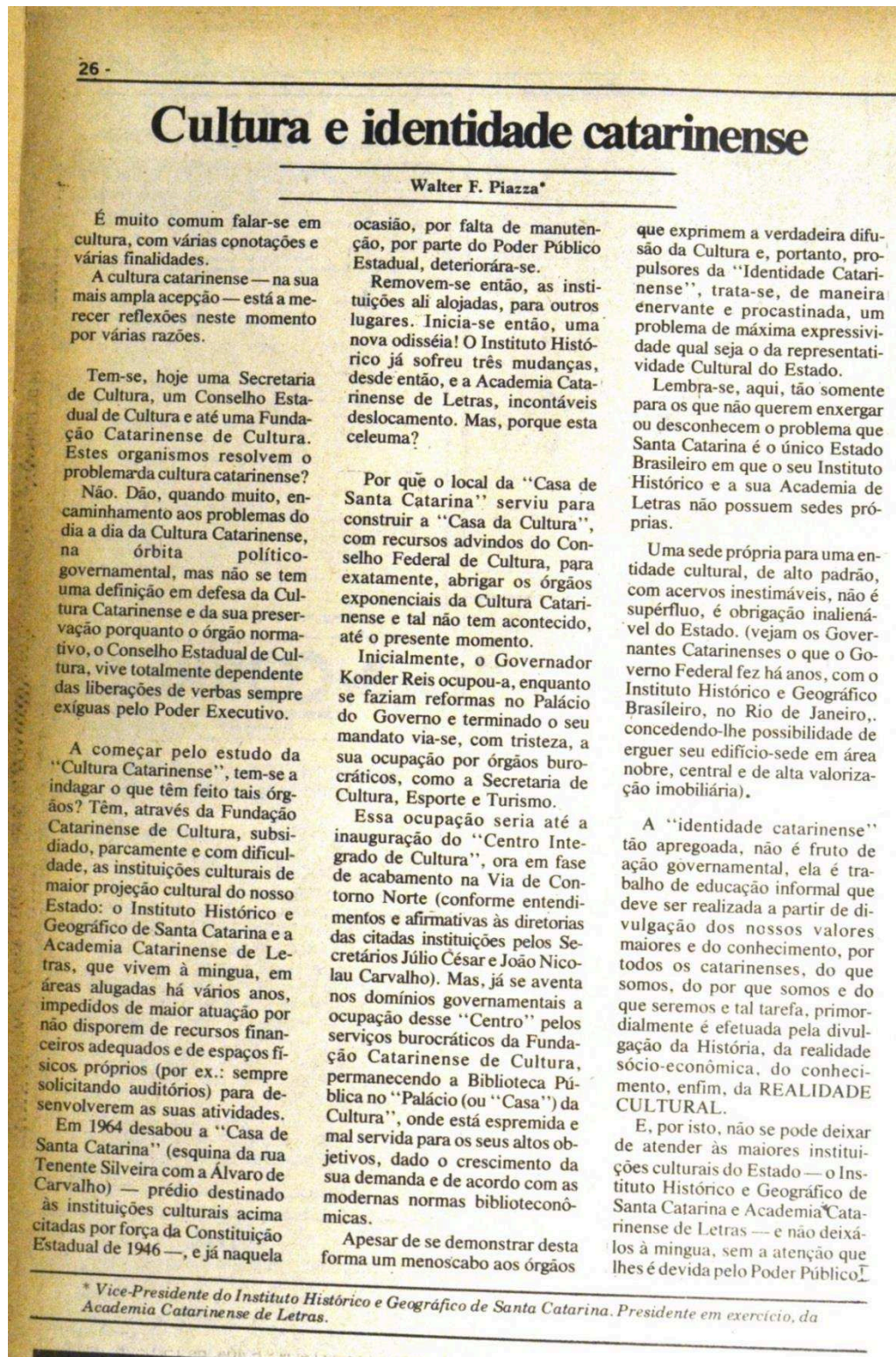
Os defensores da separação física entre a chamada alta cultura e a cultura popular podem oportunamente afirmar que existe na antiga Casa de Alfândega o Centro de Cultura Popular Catarinense, sendo desnecessário também apresentá-la no CIC. Entretanto, no último capítulo deste trabalho serão apresentadas sugestões que podem ampliar a oferta de realização de diferentes expressões culturais no CIC, contribuindo em alguma medida com o fortalecimento do termo “integrado” que compõe seu nome.

Conforme pontua Marilena Chauí, em uma sociedade dividida por classes, um conceito de cultura abrangente que imprima uma comunidade sem divisões é impossível, “pois a sociedade de classes institui a **divisão cultural**. Essa recebe nomes variados: pode-se falar em cultura dominada e cultura dominante, cultura opressora e cultura oprimida, cultura de elite e cultura popular”. (CHAUÍ, 2006, p. 132, grifos da autora).

Desse modo, pode-se considerar que a política cultural da época julgava necessária a separação entre popular e erudito, evidenciando uma concepção de cultura que privilegiava as artes que a classe dominante consumia.

A distribuição dos espaços no CIC também foi fruto de questionamentos do historiador catarinense Walter Fernando Piazza poucos dias antes da inauguração. Em texto publicado em 11 de novembro de 1982 no jornal *O Estado*, intitulado “Cultura e identidade catarinense”, o historiador reclama da falta de sedes para o IHGSC e também para a ACL, sem sedes próprias desde o desabamento em 1964 da Casa de Santa Catarina. Piazza indaga: “Removem-se então, as instituições ali alojadas, para outros lugares. Inicia-se então uma nova odisseia!” (PIAZZA, 1982, p. 26).

Figura 14 – Texto do historiador catarinense Walter Fernando Piazza no qual aborda diferentes questões sobre a cultura e sobre a falta de sede do IHGSC e ACL



Fonte: Piazza (1982, p. 26); Acervo BPSC

Walter F. Piazza questiona a política cultural do estado:

A começar pelo estudo da “Cultura Catarinense”, tem-se a indagar o que têm feito tais órgãos? Têm, através da Fundação Catarinense de Cultura, subsidiado, parcamente e com dificuldade, as instituições culturais de maior projeção cultural do nosso Estado: o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras, que vivem à mingua, em áreas alugadas há vários anos, impedidos de maior atuação por não disporem de recursos financeiros adequados e de espaços físicos próprios (por ex.: sempre solicitando auditórios) para desenvolverem as suas atividades. (PIAZZA, 1982, p. 26).

Essa indagação parte de um intelectual que na época ocupava, simultaneamente, a vice-presidência do IHGSC e a presidência em exercício da ACL. Também demonstra preocupação em relação à ocupação do CIC:

[...] se aventa nos domínios governamentais a ocupação desse ‘Centro’ pelos serviços burocráticos da Fundação Catarinense de Cultura, permanecendo a Biblioteca Pública no ‘Palácio (ou ‘Casa’) da Cultura’, onde esta espremida em mal servida para os seus altos objetivos, dado o crescimento da sua demanda e de acordo com as modernas normas biblioteconômicas. (PIAZZA, 1982, p. 26).

Destarte, ambas as instituições passam a ocupar em um dado momento espaços no CIC; no entanto, no caso do IHGSC foi breve essa passagem. De acordo com Eduardo Zons Guidi, o IHGSC “saiu de uma pequena sala do edifício Daux, primeiro para o Centro Integrado de Cultura (CIC)” (2010, p. 61). Em seguida, a instituição dividiu espaço com Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) no Palácio Cruz e Sousa entre 1986 até 2011¹³. Após, em 2010, tanto o IHGSC quanto a ACL receberam do governo do estado, por meio da Lei nº 15.382, de 20 dezembro de 2010, concessão de forma gratuita por 99 anos do prédio restaurado da antiga Academia do Comércio de Santa Catarina, renomeado como Casa José Boiteaux.

Dessa forma, a peregrinação dessas duas instituições que reivindicavam sede própria se encerrou quase 30 anos após as reclamações de Piazza. Da mesma forma que este intelectual, questiona-se: onde ficam as outras expressões culturais não contempladas no CIC?

Cabe destacar que o CIC, apesar da inauguração da obra física, ainda se encontrava em fase de implantação dos serviços e das instituições em seu interior nos primeiros momentos. Dessa forma, não reunia condições de funcionamento pleno, por diferentes razões: por exemplo, o museu de artes plásticas, que era aguardado em sua ala sul, ainda funcionava na

¹³ Ver Lei nº 6.900, de 5 de dezembro de 1986, que transferiu a sede do MHSC e do IHGSC para o Palácio Cruz e Sousa.

Casa da Alfândega, e deve-se levar em consideração que transportar obras de arte do acervo do MASC e realizar o planejamento dos espaços físicos destinados a essa instituição no CIC demandaria um pouco mais de tempo. No jornal *O Estado* de 14 de novembro de 1982 é ressaltado esse cenário de obra inconclusa:

O Centro Integrado de Cultura, inaugurado ontem, vários meses antes de reunir as condições mínimas de funcionamento, está dividindo os artistas – mais uma vez não ouvidos. Teme-se que o prédio centralize ainda mais a atividade da Fundação Catarinense de Cultura, enquanto a intensificação às manifestações culturais locais corre o risco de não acontecer. Há também os que acreditam em boas perspectivas, mas o que mais sobressai é o desconhecimento total a respeito do CIC. (CENTRO Integrado de Cultura: sem informações, classe artística questiona a viabilidade da obra, 1982, p. 23).

Na edificação, atualmente, encontram-se instalados os seguintes equipamentos culturais: Teatro Ademar Rosa (TAR); Cinema do CIC; Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina (MIS/SC); MASC; Biblioteca de Arte e Cultura; Escolinha de Arte; Oficinas de Arte; Conselho Estadual de Cultura; a administração da FCC, com seus diferentes setores, sendo dividida pela presidência da FCC e por três diretorias – Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), Diretoria de Difusão Artística (DIDA) e Diretoria Administrativa, com suas respectivas gerências e coordenações –; e o Barió Café.

Nesse sentido, no capítulo seguinte serão discutidos alguns aspectos da política de cultura para Santa Catarina, e em alguma medida serão sugeridas possibilidades culturais para o CIC.

4 OS DESAFIOS PARA O CIC EM UMA CIDADE TRANSFORMADA

Ser radical é apanhar as coisas pela raiz. Em uma cidade polarizada entre carência extrema e o privilégio extremado, ser radical é difícil e muito simples: basta optar pela democracia. (CHAUÍ, 2006, p. 102).

O CIC é muito mais do que uma obra capitalizada para fins eleitoreiros nos estertores da ditadura no Brasil, trata-se de uma oportunidade para a dinamização da cultura em Santa Catarina. Entretanto, para que isso ocorra, a velha dicotomia entre erudito e popular deve ser superada por uma produção cultural ampliada.

O termo “integrado”, presente na denominação do espaço, não poderá ser reduzido apenas ao amálgama de diferentes instituições culturais em seu espaço físico, ao contrário, deve ser o espaço que por suas condições físicas e técnicas privilegiadas possa oferecer o suporte necessário para o desenvolvimento das diferentes práticas culturais sem distinção de classe social.

Assim, para o “integrado” efetivamente “acontecer”, materializar-se, a cidade necessita de condições favoráveis para que todos tenham possibilidade de acessar o espaço cultural. Isso significa não apenas os cidadãos com melhores condições materiais, mas todos. Para isso, o transporte público precisa ser de excelência, com mais horários, menores preços e mais linhas, tal como o cidadão não abastado precisa para a produção do bem de consumo simbólico de um pouco mais de seu tempo livre.

Destarte, o termo “integrado” pode ser aperfeiçoado com práticas descentralizadoras na produção cultural, sobretudo com a abertura de seus espaços para a apropriação cidadã. Nesse sentido, serão apresentadas neste capítulo algumas sugestões.

A cultura não pode ser reduzida a um produto que só presta se der lucro, isso reduz seu significado. Segundo Marilena Chauí: “afirmar a cultura como um direito é opor-se à política neoliberal, que abandona a garantia dos direitos, transformando-os em serviços vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe” (CHAUÍ, 2006, p. 138).

O capítulo seguinte abordará alguns aspectos da discussão sobre cultura sob a Ditadura Militar, com o intuito de relacionar o contexto local com alguns pontos sobre a política cultural em nível federal, em meio às críticas da classe artística de centralização da atuação da FCC. Discutirá também algumas ações inovadoras desenvolvidas na atualidade no espaço e possibilidades de novas ações que possam contribuir com o processo de ampliação de acesso e democratização cultural por meio do uso do CIC.

4.1 POLITICA CULTURAL EM SANTA CATARINA SOB A DITADURA MILITAR

No presente tópico serão discutidos e apresentados alguns aspectos relacionados à cultura e ao patrimônio cultural em Santa Catarina, tendo em vista que “o patrimônio faz parte do campo da cultura, mesmo que muitos deles constituam um domínio à parte, sem jamais justificar esta condição” (VARINE, 2012, p. 86). Nesse sentido, torna-se válido fazer algumas indagações a respeito do panorama cultural catarinense, dentre elas questionar: Havia uma política pública para cultura em Santa Catarina no referido período? Ou todo interesse se resumia em preservar edificações por meio de tombamentos e construir espaços voltados para determinadas práticas culturais?

Naquela época, a cultura não parou de ser produzida com o golpe de 1964. Ao contrário, houve tentativas, por meio de muitas manifestações, de tomar os grandes centros das principais capitais brasileiras. A Tropicália, com sua mistura de ritmos, entre eles rock, samba e baião, sacudiu o cenário musical da época; Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Gal Costa saíram da Bahia e ganharam o Brasil e o mundo com seus versos. Na mesma época também ganhou notoriedade a Jovem Guarda, com Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Wanderléa, entre outros. No cinema, Glauber Rocha lançou as bases do chamado Cinema Novo. Nas artes plásticas, Hélio Oiticica, por meio de sua Declaração de Princípios Básicos da Nova Vanguarda¹⁴, clamou por mudanças. Muitas são as expressões culturais que florescem sob o jugo do autoritarismo.

Nesse contexto, contudo, o governo militar não se encontrava alheio ao momento e teve atuação no campo cultural, com a criação do Conselho Federal de Cultural (CFC) em 1966 e de uma Política Nacional de Cultura (PNC) em 1975. Essas medidas denotam um interesse na época com a questão cultural, seja para manter o controle por parte do Estado, seja para fortalecer uma identidade nacional. Conforme Natalia Fernandes:

A existência de um tipo de produção cultural no país marcada por forte conteúdo político durante os primeiros anos de ditadura, não significa que os governos militares não tenham se preocupado com as questões culturais ou que tivessem concentrado suas ações nessa área apenas em atos repressivos. Ao contrário, o exame do período em que os militares estiveram no poder, em particular de 1964 a 1979, evidencia a existência de complexa estratégia de atuação, que pode ter apresentado diferentes nuances ao longo de sua trajetória: ora com características mais repressivas, ora incentivando a indústria cultural, outras vezes criando instituições culturais preocupadas em preservar/consolidar a identidade e a cultura nacionais. (FERNANDES, 2013, p. 175).

¹⁴ Saiba mais em: FAVARETTO, Celso. *A Invenção de Hélio Oiticica*. São Paulo: Edusp, 2000.

Contudo, naquela época não existia um ministério exclusivo para a cultura, essa pasta era alojada no Ministério da Educação e Cultura (MEC). Durante o ministério de Jarbas Passarinho (1969-1974), houve uma tentativa de criação dessa pasta. Segundo Paulo Félix dos Reis: “foi divulgado um documento intitulado Diretrizes Para Uma Política Nacional de Cultura, que rapidamente foi retirado de circulação”, possivelmente por ter sugerido a criação de um Ministério da Cultura” (REIS, 2009, p. 8).

Dessa forma, sem a existência de um ministério exclusivo, a cultura, segundo Clayton Daunis Vetromilla (2011), contava administrativamente apenas com o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), criado em 1970 e que fazia parte do Conselho Federal de Cultura, órgão por sua vez subordinado ao MEC. No entanto, as deliberações dentro do CFC não avançavam, e o governo militar mantinha as ações para a cultura em ritmo lento. De acordo com Vetromilla:

[...] embora o Governo Federal não estivesse alheio às ponderações do CFC, suas propostas vinham sendo taxativamente desconsideradas ou proibidas por ordens superiores. Ou seja, em meados de 1972, durante o governo do presidente Emílio Médici, o órgão já se encontrava claudicante quanto ao poder de influenciar ou mesmo adquirir subsídios para sua própria manutenção. (VETROMILLA, 2011, p. 2-3).

Janice Gonçalves (2016) ajuda a compreender a trajetória da institucionalização da preservação do patrimônio cultural em Santa Catarina. De acordo com a autora, entre os anos 1940 e 1970, intelectuais catarinenses, entre eles Oswaldo Rodrigues Cabral, propuseram “agenda própria de ações” relacionadas à preservação do patrimônio cultural em afinidade com o IHGSC e a ACL. Ainda conforme a autora: “Dois tipos de patrimônio atraíram então, mais fortemente, os esforços de estudo e proteção, em Santa Catarina: o patrimônio ‘tradicional’ (vinculado ao folclore) e o patrimônio arqueológico”. (GONÇALVES, 2016, p. 112).

Porém, em nível estadual, a situação não era muito diferente do Governo Federal. Pode-se afirmar que existia certa consonância com a política cultural federal, pois na época a cultura era vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, e nesta pasta existia o Departamento de Cultura, de acordo com o Decreto nº 9.150, de 4 de junho de 1970, em seu art. 61:

O Departamento de Cultura, órgão de direção da Secretaria de Educação e Cultura subordinado diretamente ao Secretário de Estado, cumprirá basicamente, a promoção de atividades culturais nos campos das artes, das ciências e das letras, com vistas ao aprimoramento cultural da comunidade em geral. (SANTA CATARINA, 1970).

O departamento era subdividido em: Divisão de Ciências, Divisão de Letras e Divisão de Artes. E estavam vinculados à gestão desta pasta a BPSC, o TAC e o MASC.

Conforme a Lei estadual nº 5.0506, de 22 de agosto de 1974, o Departamento de Cultura teria sob a sua responsabilidade a gestão de cinco livros de Tombo:

Art. 3º O tombamento será promovido pela Secretaria do Governo, através do Departamento de Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultural

§ 1º Para os fins deste artigo, o Departamento de Cultura terá cinco Livros do Tombo, a saber:

- a) - Livro de Tombo arqueológico e Etnográfico, onde serão inscritas as coisas pertencentes às categorias de artes arqueológicas, etnográficas, ameríndia e popular;
- b) - Livro do Tombo Histórico, onde serão inscritas as coisas de interesse histórico e as obras de arte históricas;
- c) - Livro do Tombo das Belas Artes, onde serão inscritas as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- d) - Livro do Tombo das Artes Aplicadas, onde serão inscritas as obras que se incluem na categoria, sejam nacionais ou estrangeiras;
- e) - Livro do Tombo das Artes Populares, onde serão tombados os bens relacionados com manifestações folclóricas, características de épocas e regiões do Estado. (SANTA CATARINA, 1974).

Sobre as artes populares, Janice Gonçalves chama a atenção para o tratamento direcionado na lei. Conforme a autora, “na lei catarinense de 1974, as ‘artes populares’ apareciam como sinônimas de ‘manifestações folclóricas’, características de épocas e regiões do Estado”. (GONÇALVES, 2016, p. 155).

Posteriormente, durante o governo de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979), novas medidas relacionadas ao patrimônio cultural são tomadas, entre elas a criação da FCC em 1979. Esse órgão nasce com a função de desenvolver diferentes ações para a dinamização da cultura e assumir administrativamente alguns equipamentos culturais, antes sob a gestão do Departamento de Cultura.

A FCC era um órgão vinculado à antiga Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo¹⁵. Na época, portanto, assim como na esfera federal, não existia uma secretaria exclusiva para cultura. No seu decreto de criação, consta que foi instituída para conduzir as ações culturais em Santa Catarina, tendo os seguintes objetivos:

- I - executar a política de desenvolvimento cultural formulada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo;
- II - formular, coordenar e executar programas de incentivo das manifestações artísticas;
- III - apoiar a preservação dos valores culturais caracterizados nas manifestações artísticas e tradicionais representativas da personalidade da gente catarinense;
- IV - incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais;

¹⁵ Atual Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

- V - promover a integração da comunidade, através de mobilização das escolas, associações, centros e clubes à área de animação cultural;
- VI - estimular, através da ação planejada, a pesquisa e o estudo relacionado com as ciências, letras e artes;
- VII - apoiar as instituições culturais oficiais ou privadas, que visem ao desenvolvimento artístico;
- VIII - promover a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina;
- IX - celebrar convênios, acordos, contratos, ajustes e termos de compromisso ou protocolo com pessoas e entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, respeitada a legislação em vigor;
- X - promover exposições, espetáculos, conferências, debates, projeções cinematográficas e outras atividades culturais compatíveis com as suas finalidades. (SANTA CATARINA, 1979).

Desse modo, pode-se perceber, pelos objetivos da instituição voltada à cultura em Santa Catarina, um interesse amplo, mas muito atrelado ao patrimônio edificado e às artes. Caberia ao CIC, pois, abrir uma gama maior de possibilidades para a diversificação das ações da FCC, tendo em vista que compete ao órgão de cultura administrar o centro.

Assim sendo, esse distanciamento em relação à comunidade esteve presente desde o início. Em meio à inauguração do novo equipamento cultural, o jornal *O Estado* publicou matéria com depoimento de artistas e produtores culturais que se queixam da falta de consulta à classe artística sobre o projeto e sua posterior ocupação:

A consulta popular é um hábito pouco cultivado no Brasil quando se trata de realizar uma obra – esse expediente é exclusivo das épocas eleitorais. No caso do Centro Integrado de Cultura, a classe artística a que mais diretamente será afetada, não mereceu qualquer consulta, levando os artistas, em plena fase de inauguração, a demonstrarem um profundo desconhecimento sobre a própria estrutura da obra. Até os meios de comunicação limitaram-se, durante todo o tempo transcorrido entre o início dos trabalhos e a inauguração, a ouvir somente secretários e tecnocratas, enquanto as pessoas de teatro e de música ainda hoje não sabem que surpresa lhes reserva o CIC, um projeto grandioso mas que se afigura a eles com um instrumento de continuidade da política centralizadoras da Fundação Catarinense de Cultura. (CENTRO Integrado de Cultura: sem informações, classe artística questiona a viabilidade da obra, 1982, p. 23).

Neste ponto, apresenta-se uma questão-chave para esta pesquisa: qual política cultural se materializa com o CIC? São identificadas, no trecho citado anteriormente, queixas sobre a ausência de consulta à classe artística. Embora possa se tratar de uma reclamação que possa ser interpretada também como corporativista, releva uma situação concreta de falta de diálogo sobre a obra e sobre o posterior uso do equipamento cultural.

Por conseguinte, a falta de consulta e a reclamação em relação à centralização da FCC denota outra preocupação por parte da classe artística em relação ao poder público e sua política cultural.

O crítico de teatro e diretor Mário Alves Neto também pondera que o “Governo nunca deu bola para os artistas na hora da decisão que ficou por conta da burocracia cultural”. E, se depender das propostas dos partidos políticos que concorrem ao pleito, pouca coisa deve mudar. “Li os planos de todos eles, e a impressão que tive leva-me a descobrir que são todos ridículos e até humorísticos”, conclui. (CENTRO Integrado de Cultura: sem informações, classe artística questiona a viabilidade da obra, 1982, p. 23).

No órgão responsável pelas políticas públicas para cultura em Santa Catarina, tanto os membros do Conselho Curador quanto os do Conselho Deliberativo da FCC eram vinculados à gestão pública e nomeados pelo governador. Nesse sentido, pode-se perceber que os usos do CIC em sua origem vão atender em certa medida aos interesses e às visões de cultura dos seus dirigentes, ficando de fora grupos da sociedade civil que não compunham esses conselhos na época.

Em contrapartida a esse contexto, idealmente o CIC tem por função primordial promover o acesso a diferentes manifestações e bens culturais em Florianópolis, e torna-se ambiente excepcional de discussão sem, todavia, permitir a construção de distinções e privilégios. Ocorrendo esse processo, esse equipamento cultural estará dando a sua contribuição ao fortalecimento do entendimento da cultura como um direito do cidadão. Segundo a filósofa Marilena Chauí:

Se o Estado não é o produtor de cultura nem instrumento para seu consumo, que relação pode ele ter com ela? Pode concebê-la como um *direito do cidadão* e, assim, assegurar às pessoas o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, de criar as obras, ou seja, produzi-las, e o de participar das decisões sobre políticas culturais. (CHAUÍ, 2009, p. 42).

A autora defende o papel do Estado não como produtor de cultura, mas como garantidor das condições para que as pessoas possam construir a cidadania cultural. Porém, como se dará esse processo de garantia do acesso à cultura como um direito do cidadão? Chauí (2006) aponta quatro garantias que devem ser asseguradas para essa construção: direito de acesso às obras culturais produzidas; direito de fruí-las; direito de criar as obras; e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais.

Portanto, o direito de produzir obras culturais poderia ser garantido pelo acesso, por exemplo, a oficinas de escultura, gravura ou pintura, espalhadas em diferentes localidades. Nisso estão incluídas as próprias oficinas de arte que ocorrem no CIC e as diferentes atividades oferecidas no espaço sob a responsabilidade de diferentes setores da FCC.

Para Chauí, praticar a pintura não significa que todos se tornariam pintores: “Essa política não garantiria o direito de produzir obras de pintura e sim um *hobby*, um passatempo e, no melhor dos casos, uma ludoterapia” (CHAUÍ, 2006. p. 137).

Se nem todos são pintores, “não seria melhor que essas pessoas tivessem o direito de ver as obras dos artistas, fruí-las, ser levadas a elas? Não caberia ao Estado garantir o direito dos cidadãos de ter acesso à pintura?” (CHAUÍ, 2006. p. 137). Nesse sentido, acesso aos bens culturais não se constitui apenas ao construir um centro de cultura e instalar nele galerias e museus, é preciso criar as condições materiais necessárias para que todos possam usufruir desses bens.

Dessa maneira, por mais que não exista impedimento legal em cobrar ingressos para entrar no museu para se ter acesso às obras de determinado artista, ou no teatro para se assistir a um espetáculo, em um país em que as condições econômicas ainda são desfavoráveis para uma política de ampla cobrança de ingresso, é necessário, ao contrário, incentivar o alargamento do acesso aos bens culturais. Cobrar ingressos em determinadas circunstâncias pode significar cercear o acesso de grupos sociais menos favorecidos economicamente e contribuir com a elitização da cultura.

Sobre a produção de obras se posiciona Chauí:

Ora, essas mesmas pessoas, que não são pintoras nem escultoras nem dançarinas, também são produtoras de cultura, no sentido antropológico da palavra: são, por exemplo, sujeitos, agentes, autores da sua própria memória. Por que não oferecer condições para que possam criar formas de registro e preservação da sua memória, da qual são sujeitos? Por que não oferecer condições teóricas e técnicas para que, conhecendo as várias modalidades de suportes da memória (documentos, escritos, fotografias, filmes, objetos etc.), possam preservar sua própria criação como memória social? Não se trata, portanto, de excluir as pessoas da produção cultural e sim de, alargando o conceito de cultura para além do campo restrito das belas-arts, garantir a elas que, naquilo em que são sujeitos da sua obra, tenham o direito de produzi-la da melhor forma possível. (CHAUÍ, 2006, p. 137-138).

A etapa mais complexa para construção da cidadania cultural diz respeito à participação das políticas culturais. Esse momento torna-se mais difícil por diferentes motivos, entre eles o desconhecimento das instâncias deliberativas por parte da sociedade. Muitas vezes a divulgação dos trâmites dessas instâncias de forma pouco eficiente pela gestão pública contribui sobremaneira com esse desconhecimento e esse distanciamento. A participação na construção de políticas culturais ajudará de forma mais eficaz a tornar espaços como o CIC cada vez mais plurais e multifuncionais; contribuirá, por exemplo, com as escolhas do calendário de eventos e atividades culturais no espaço.

A política cultural, em vista disso, não deve ser pensada apenas pela administração pública, a necessidade de fóruns regionais e estaduais para discutir os diferentes setores da cultura pode ser um dos caminhos para essa construção, que deve ser pensada também a partir da “ideia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões de mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos”. (CHAUI, 2006, p. 138).

Logo, diferentes mecanismos de consulta popular devem ser fomentados, espaços de construção colaborativa podem ser criados para ajudar na construção de uma visão de cultura que atenda a maior parcela possível de cidadãos, para que estes se vejam representados nas atividades culturais do CIC, e não apenas poucos possam desfrutar do espaço, como se fosse um privilégio. A cultura, desse modo, deve ser tratada como direito do cidadão e não como regalia de uma classe que possui melhores condições financeiras para o seu usufruto.

Espaços públicos como o CIC devem ser locais de ampliação do acesso dos cidadãos a cultura, não apenas como usuários, mas também como protagonistas.; devem ser locais de experimentações culturais e de criação de novas possibilidades, e não apenas uma casa de espetáculos, como se desejava para a cidade no começo dos anos 1980.

Desse modo, percebe-se que as políticas destinadas a cultura nos âmbitos federal e estadual possuem similitudes. Segundo Vetromilla, “o MEC voltara sua atenção principalmente para áreas consideradas ‘isentas de censura’ (balé, folclore, música erudita e a preservação de monumentos, por exemplo)”. (2011, p. 3).

O começo da década de 1980 dá continuidade às intervenções modernizadoras na capital do estado iniciadas na década anterior. Em relação à cultura, o CIC despontou como maior investimento na época, e após inaugurado ofereceu uma nova possibilidade para o desenvolvimento de práticas culturais e ampliação do acesso às produções artísticas em Florianópolis.

Se considerada a abertura de novos museus, pode-se citar o Museu Etnográfico Casa dos Açores em 1978, localizado em Biguaçu (SC), e o MHSC em 1978. Este, sediado inicialmente na Casa de Alfândega em Florianópolis, está desde 1986 no Palácio Cruz e Sousa. Do mesmo modo, sobre a continuidade da prática de tombamento de edificações, pode-se afirmar que existia uma política cultural, embora em um regime autoritário, tendo na construção do CIC um empreendimento de destaque dessa política.

4.2 PROJETOS CULTURAIS E EDITAIS: POSSIBILIDADES DE DEMOCRATIZAÇÃO DO CIC

Se no contexto de instalação do CIC houve reclamações em relação à centralização da gestão das ações para o espaço cultural, na atualidade algumas ações são tomadas com o intuito de caminhar na direção contrária, tornando o espaço mais aberto e democrático.

Nesse sentido, em meio à necessidade de se ampliar as ações culturais da FCC no CIC, foram desenvolvidas algumas ações, como o lançamento de editais e novos projetos. A título de exemplo, são mencionados dois projetos recentes realizados pelo MIS/SC para discutir a possibilidades de ampliação do acesso a cultura no espaço.

O primeiro projeto é intitulado Cinema ao Vivo, iniciado em 2015 e realizado em parceria entre o MIS/SC e órgãos municipais responsáveis pela cultura, que prestam suporte nas cidades por onde o projeto passa. O projeto consiste em realizar apresentação com bandas durante exibições de filmes mudos. Dessa forma, toda a sonorização do filme acontece ao vivo, proporcionando uma integração entre música e cinema e ampliando a possibilidade de fruição para o público.

A essência do Cinema ao Vivo é proporcionar ao público a oportunidade de assistir grandes espetáculos que remontam às origens do cinema mundial. Assim, resgata-se a tradição do antigo “cinema mudo”, onde, devido a limitações tecnológicas, o som era executado ao vivo a cada exibição, o que tornava cada sessão única. “Agora com mais recursos é possível criar uma atmosfera, onde o passado e o presente ganham uma nova relevância em termos de experiência cinematográfica”, explica a administradora do MIS/SC Ana Lígia Becker. (SANTA CATARINA, 2017).

Esse tipo de iniciativa amplia as possibilidades de desenvolvimento de ações pelo museu e abre caminhos para a apropriação do CIC pelo público. Essa ação torna-se inovadora também pelo fato de transcender o espaço físico do CIC, levando para diferentes cidades do estado de Santa Catarina apresentações do Cinema ao Vivo, entre elas São Francisco do Sul, Tijucas, Laguna, Pomerode. De acordo com matéria no sítio do MIS/SC: “O projeto Cinema ao Vivo teve início em 2015 e marcou um sucesso incontestável de público, com mais de 2,5 mil pessoas em 18 sessões – todas com lotação máxima” (SANTA CATARINA, 2017).

O projeto, além de proporcionar ao público a oportunidade de assistir clássicos do cinema mundial, abre espaço para bandas e orquestras do cenário catarinense realizarem apresentações. Assim, cria um novo ambiente para esses grupos desenvolverem seus trabalhos.

O segundo projeto, por sua vez, é intitulado Discotecando no MIS. Iniciado em 2015, tem por propósito utilizar o acervo de som da instituição em apresentações no CIC. O projeto atrai um novo tipo de público, tanto para o CIC quanto para o museu, estabelecendo uma forma dinâmica de acesso ao acervo da instituição e ampliando as possibilidades de fruição no espaço. Segundo matéria divulgada no sítio do museu, a primeira edição realizada nos jardins do CIC atraiu “cerca de 2 mil pessoas”. (FCC, 2017).

Figura 15 – Edição do Discotecando no MIS, realizada nos Jardins do CIC em janeiro de 2017



Fonte: FCC (2017)

Recentemente, foi aberto pela FCC edital para seleção de profissionais para ministrarem oficinas de arte e cultura. O edital permite que cada proponente submeta até duas propostas distintas de oficinas, logo se abre espaço para a criatividade e a inovação, sendo possível oferecer no CIC oficinas que atendam necessidades ainda não trabalhadas pela FCC, sobretudo fugindo em alguma medida da erudição e se voltando para práticas culturais com componentes mais populares.

Se a abertura de edital de oficinas de arte e cultura da FCC no CIC vai mudar o perfil de cultura construído historicamente no espaço é difícil afirmar. Contudo, percebe-se que, com esse tipo de medida, abre-se uma possibilidade para a inovação, para o surgimento de ações culturais que cuidem de temas relacionados às minorias culturais, que aborde desejos de ações relacionadas a temas mais próximos da realidade cultural da comunidade.

Figura 16 – *Banner* digital do edital de Oficinas de Arte e Cultura



Fonte: FCC (2018)

Porém, ressalva-se que os exemplos citados anteriormente ajudam a perceber que as ações mencionadas revelam um esforço da FCC, por meio dos equipamentos culturais sob a sua administração, em construir ações para o CIC, buscando torná-lo mais visitado.

Desse modo, outros projetos, que envolvem cursos, oficinas e apresentações culturais, são desenvolvidos no CIC por diferentes setores e instituições da FCC. Sem prejuízo dessas ações, toma-se a liberdade de sugerir mais adiante outras que possam contribuir com a ampliação do acesso e a apropriação do espaço por diferentes agentes e grupos culturais, levando para o espaço uma abordagem ainda mais prismática.

4.3 ALTERNATIVAS PARA O AMANHÃ: O CIC PARA TODOS E NÃO SÓ PARA ALGUNS

Dentre as questões que podem ser levantadas para se pensar em alternativas para o futuro, destacam-se as seguintes: A construção do CIC fora do centro foi uma medida tomada para descentralizar? Concentrar? Afastar? Ou dinamizar a cultura na cidade? Quais os efeitos práticos da construção do CIC para uma cidade com problemas de mobilidade e transporte público? Como é chegar ao local para quem depende de ônibus?

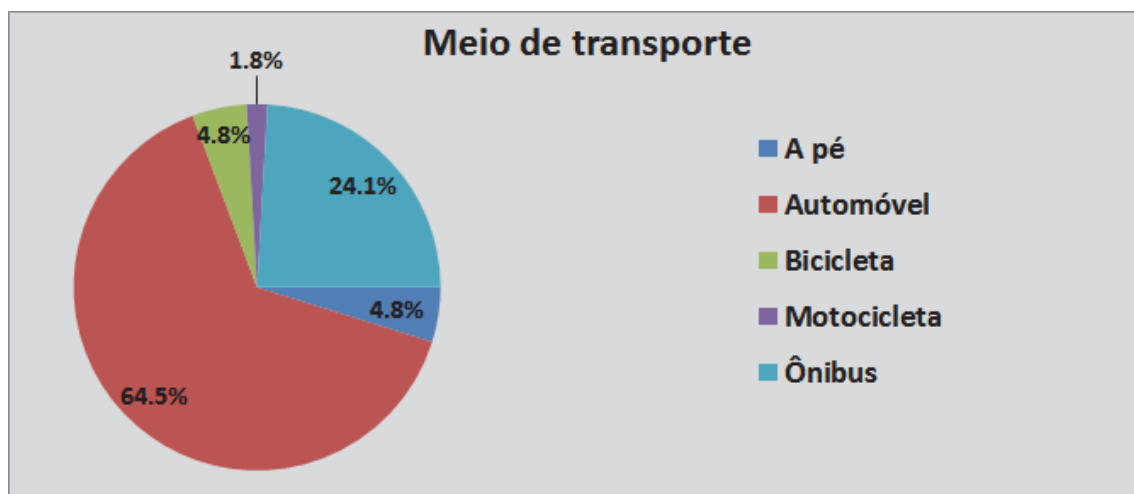
Em pesquisa recente desenvolvida por Ana Paula Weschenfelder (2016), sobre qual o perfil de usuário do CIC e seu nível de satisfação, a autora apresentou algumas informações que ajudam a entender como o espaço é usado. De acordo com a autora, que tomou como base as respostas de 500 entrevistados: “A grande maioria das pessoas que frequentam o CIC mora em Florianópolis, com 81,2%” (WESCHENFELDER, 2016, p. 73). Esse percentual de usuários poderia ser diferente se o projeto do CIC para o centro da cidade tivesse se

concretizado? É provável que, devido à localização, haveria possibilidade de uma maior distribuição entre os usuários dos residentes em outras cidades da região e que trabalham no centro de Florianópolis.

O segundo dado que chama atenção diz respeito aos locais de residência da maioria dos usuários. De acordo com Weschenfelder, “[...] os moradores da Trindade, Agronômica, Córrego Grande, Itacorubi, Santa Mônica, Pantanal e Carvoeira – que estão nas proximidades do CIC – ter-se-á 33,9% da representação” (WESCHENFELDER, 2016, p. 74). Essa informação demonstra que mais de um terço dos visitantes do CIC, conforme a pesquisa, residem em suas imediações.

Em outra pergunta, a autora constata, conforme dados apresentados na Figura 17, que 64,5% dos frequentadores entrevistados utilizam carro para chegar ao CIC. Em 1982, já existia reclamação sobre o deslocamento e a necessidade de veículo próprio para chegar ao CIC: “Para o Grupo Engenho, quem mora no Centro e no Estreito não irá ao teatro de uma vez por todas – ‘o CIC foi feito para quem tem carro’, sintetizou Alisson” (CENTRO Integrado de Cultura: sem informações, classe artística questiona a viabilidade da obra, 1982, p. 23).

Figura 17 – Gráfico da pesquisa que apresenta dados de meios de transportes utilizados para chegar ao CIC



Fonte: Weschenfelder (2016, p. 81)

Salientam-se os dados apresentados pela autora sobre grau de escolaridade: “[...] o total geral de usuários com formação superior é de 69%. Confirma-se aqui o que já era perceptível aos olhos dos gestores da FCC: o CIC é um lugar da elite intelectual” (WESCHENFELDER, 2016, p. 75).

Por fim, a autora nos chama atenção para o poder financeiro dos usuários do espaço cultural:

A renda individual média dos frequentadores do CIC é de 4,05 salários **mínimos**. A renda não é alta, mas o nível de instrução é muito alto. O público tende a pensar que o CIC é um lugar para a elite financeira, mas o que se percebe é o que já foi verificado anteriormente, a predominância é de uma elite intelectual. (WESCHENFELDER, 2016, p. 75, grifos da autora).

Esses dados recentes são apresentados para contribuir com a compreensão sobre o uso do CIC e algumas das consequências do projeto implementado. Pode-se, portanto, afirmar que o CIC atende em grande medida à população residente em Florianópolis, com maior percentual de usuários com formação de nível superior, tendo renda média de quatro salários mínimos, com cerca de um terço desse público morando nas proximidades e com a maioria se deslocando de carro para o local.

Destarte, como é possível mudar esse cenário? Como tornar o CIC um espaço que alcança mais pessoas e de lugares onde o acesso a cultura é mais raro? Como democratizá-lo? A seguir são expostas algumas sugestões que podem contribuir com a ampliação do papel do CIC no contexto local, buscando com isso dar um significado mais polissêmico para o termo “Centro Integrado de Cultura”.

4.3.1 Possibilidades para a cultura no CIC

As engrenagens da política cultural envolvem os três entes federativos, mas devem sempre levar em conta a construção em de uma política que possibilite o cidadão de participar. O CIC, como resultado de um momento específico da história do Brasil e de Santa Catarina, não deve ser reduzido apenas a um palco em que as cortinas são abertas para o espetáculo começar e descerradas para o público partir. Nesse sentido, são sugeridas ações que sejam protagonizadas pela sociedade em suas mais variadas expressões culturais, para que os cidadãos possam assumir o controle das cortinas com o apoio do Estado, ao invés de ficarem em uma postura absorta, observando a cortina subir e descer conforme o gosto de quem a controla.

São elencadas, então, cinco possibilidades culturais com protagonismo cidadão a serem desenvolvidas no CIC:

- a) Samba ensaiado no estacionamento do CIC: criar com as comunidades calendários de ao menos um ensaio de cada escola de samba no local antes do começo do carnaval, que coincide com a época de maior visitação da cidade por turistas.

- b) Coral do povo Guarani no Teatro: convidar o coral Guarani Tape Mirim, da terra indígena Itaty, localizada no Morro dos Cavalos, em Palhoça, para apresentar anualmente no CIC pelo menos uma edição do seu repertório, podendo ser no teatro ou no cinema.
- c) Boi de Mamão no *hall* de entrada: construir com grupos locais e do litoral um calendário de apresentação do Boi de Mamão no *hall* de entrada do CIC.
- d) Exposição sobre a Festa do Divino na Sala Lindolf Bell: ter na pauta do espaço uma exposição anual sobre a Festa do Divino, organizada por diferentes comunidades do estado a cada ano.
- e) Memorial dinâmico Franklin Cascaes: disponibilizar uma das paredes de entrada interna do CIC para artistas contemporâneos fazerem releituras da obra do artista – neste espaço poderiam ser feitas pinturas e instalações, esse memorial dinâmico poderia ter uma pauta organizada pela FCC com edital aberto para seleção de artistas e coletivos de artistas poderem fazer essas intervenções com periodicidade discutida e estabelecida pela instituição em conjunto com agentes culturais relacionados ao campo.

Muitas são as possibilidades, e variados agentes culturais podem propor e buscar construir formas e caminhos possíveis para a efetiva realização.

Logo, as propostas de ações culturais apresentadas podem contribuir para minimizar o afastamento do CIC com a cultura (popular) local, rompendo em alguma medida com essa tendência histórica de valorizar apenas o consagrado ou o que vem de fora. Como exemplo, pode-se citar as recentes exposições de obras de Joan Miró em 2015 e do arquiteto Antoni Gaudí em 2016, ou a da Escola de Teatro Bolshoi de Joinville (SC), filial da famosa escola de *ballet* russa, que se apresentou na reinauguração do TAR em 2012.

Importante frisar que não se trata de uma postura contrária à apresentação e exibição dessas expressões culturais no CIC, haja vista que a cultura não pode ser pensada por um único ângulo. Todavia, deve-se pensar em abrir espaço para o popular nesse importante equipamento cultural, para quem sabe dessa forma atrair mais pessoas para seu interior e transformá-lo em um verdadeiro “Centro Integrado de Cultura” para todos, não só para alguns.

Se na construção do CIC os agentes culturais não foram consultados e chamados a opinar na concepção do espaço, sobretudo pelo contexto da época, na atualidade pode-se

consultá-los a contribuir na construção de um espaço mais plural, mais capilar e menos elitizado. Ao Estado cabe contribuir com esse modelo de desenvolvimento cultural, não ficando apenas preocupado com a pauta do espaço e com um determinado tipo de cultura que não representa toda a sociedade.

As sugestões citadas anteriormente são possibilidades para a ocupação do CIC, sugestões que somadas a outras ideias podem tornar o centro integrado um lugar mais democrático e com atuação mais presente da sociedade civil. Isso porque democracia não se trata apenas de permitir o acesso, mas também de viabilizar as condições mínimas para o desenvolvimento das práticas culturais e da construção das políticas culturais.

As propostas aqui sugeridas podem parecer à primeira vista utópicas; porém, com a devida sensibilização, as construções colaborativas entre Estado e sociedade podem torná-las factíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instalação do CIC em frente ao presídio, no limiar do eixo norte do centro da cidade, acompanha uma tendência expansionista da cidade. Esse movimento ganhou força na década de 1970, com a construção do aterro hidráulico da Baía Sul e com a criação da SC-401, que escoou definitivamente a cidade em direção às praias do norte da Ilha. Em paralelo, houve o crescimento dos bairros vizinhos às duas grandes universidades públicas da região, UDESC e UFSC. Nesse contexto, o novo espaço cultural foi inserido em um ambiente propício a grande circulação de pessoas residentes na Ilha e de turistas.

Essa nova dinâmica urbana dá sentido em alguma medida para a escolha do local, em detrimento do pensamento original de instalação do equipamento cultural no aterro da Baía Sul. Embora essa não seja provavelmente a única razão da escolha, dialoga com esse movimento de descentralização em direção ao norte da Ilha.

Portanto, o presente trabalho de conclusão de curso discutiu a política cultural materializada no CIC na época da ditadura: o que permanece e o que mudou? Pôde-se constatar por meio das fontes que, em sua origem, o espaço cultural foi construído em um contexto de autoritarismo, sem consulta a classe artística, produtores culturais e sociedade. Desses setores emanavam críticas em relação à centralização das ações da FCC, órgão que administra o espaço.

Além disso, esse equipamento cultural foi inaugurado dentro de uma perspectiva dicotômica para a cultura em Santa Catarina no começo dos anos 1980: de um lado o erudito pensado para o CIC e do outro a cultura popular separada fisicamente na Casa da Alfândega, situação que pouco mudou na atualidade.

Apesar desse histórico, a FCC tem apresentado ações que denotam certo esforço em tornar o espaço um local mais democrático e mais plural, buscando por meio de editais ampliar o acesso e as ações culturais que possam ser desenvolvidas no CIC.

Destarte, tomando-se emprestada a ideia de cidadania cultural apresentada por Chauí (2006, 2009), pode-se ver o CIC não apenas como o espaço por excelência da política cultural concretizada pelo estado em Santa Catarina, mas também como espaço de confluência das mais variadas expressões culturais, fazendo valer definitivamente o título que leva de Centro Integrado de Cultura. Com esse protagonismo, pode afastar-se da visão de cultura para um grupo para pensar a cultura para todos, aceitando na construção de uma política cultural os múltiplos olhares e as diversas tendências.

Salienta-se que este trabalho acompanhou desde os momentos antecedentes à inauguração do CIC, com a discussão sobre a necessidade de um grande teatro para que a cidade pudesse receber grandes espetáculos vindos de fora. Todavia, com a abertura do CIC, criou-se um espaço onde as produções culturais podem ser de fato recebidas tecnicamente melhor. Ainda assim, o protagonismo nesse espaço não deve ser apenas para o importado, mas também para o espetáculo local. A FCC, responsável pelo centro de cultura, deve manter-se na busca por construir um ambiente que proporcione e favoreça a cultura catarinense, para que ela se destaque e ocupe o CIC de forma mais efetiva, e de forma a combater a concepção enraizada da necessidade de grandes espetáculos de fora, visão almejada no começo dos anos 1980.

Os tempos culturais são outros, a redemocratização permitiu que culturas antes vistas como algo menor passassem a ocupar espaços reivindicados por séculos. Nesse sentido, o CIC não é apenas um espaço da cultura de matriz europeia, ele é um centro integrado de cultura catarinense.

Destarte, retoma-se a questão norteadora desta pesquisa, que buscou discutir a política cultural materializada no CIC na época da ditadura, investigando o que permanece e o que mudou, como um ponto importante de entendimento sobre os resultados alcançados. Dessa forma, o presente trabalho identificou críticas à gestão da FCC na época de construção do CIC, alegando uma política centralizadora. Na atualidade, por outro lado, percebe-se que a instituição busca descentralizar suas ações e ampliar as possibilidades culturais para o usufruto do centro de cultura. Fazem-se necessários projetos como o Discotecando no MIS, que tem atraído milhares de pessoas para o CIC, apresentando por meio do acervo de som do museu novas possibilidades de fruição cultural no espaço, e firma-se como uma possibilidade real de ampliação do alcance do CIC na sociedade.

Porém, a concepção de grandes espetáculos vindos de fora para Florianópolis e para o CIC com o intuito de movimentar a cena cultural persiste em relação ao início dos anos 1980. Na época, segundo Luís Alves da Silva, em entrevista concedida ao jornal *O Estado*, afirmou que “o teatro feito por grupos locais não tem a receptividade do das companhias de fora, principalmente quando estas trazem artistas da televisão” (A TENTATIVA..., 1980, p. 17).

Ainda, conforme matéria também publicada no jornal *O Estado* dois anos depois, em 14 de novembro de 1982:

Outro temor facilmente detectável entre os artistas refere-se à destinação do Centro Integrado de Cultura exclusivamente para espetáculos vindos de fora. Embora a sua construção tivesse levado muito em conta esse aspecto – afinal, muitas companhias do centro do País não desceram aqui por falta de um espaço mais amplo -, teme-se que, também desta vez, a preferência fique com os espetáculos “importados”, de bilheteria mais garantida. (CENTRO Integrado de Cultura: sem informações, classe artística questiona a viabilidade da obra, 1982, p. 23).

Nos últimos anos isso pode ser verificado em relação a grandes exposições vindas de fora para o MASC, que fica no CIC, destacando-se as exposições das obras do pintor surrealista Joan Miró em 2015 e do arquiteto Antoni Gaudí em 2016, ambos artistas catalães.

Ressalta-se que não existe um posicionamento contrário aos espetáculos, às exposições e às produções culturais de qualquer origem, afinal a cultura se renova por meio das trocas, na produção do intercâmbio. Essa constatação não exclui o fato de que, sem uma política cultural sólida e definida, a produção cultural local continuará padecendo das mais variadas dificuldades e do desinteresse em seu fomento e desenvolvimento. Sobretudo, se for levada em consideração a partilha dos recursos para a cultura, se não houver equilíbrio nessa distribuição, reclamações como as do ex-diretor do TAC, Luís Alves da Silva (1980), vão continuar.

Por fim, devido ao espaço de tempo reduzido para a produção de um TCC, faz-se a seguinte ressalva: uma pesquisa aprofundada sobre o tema poderá apresentar dados mais consistentes sobre a questão norteadora aqui discutida, e fica como sugestão a produção de um diagnóstico por meio do levantamento das documentações institucional e periódica sobre as atividades desenvolvidas no CIC no decorrer de sua trajetória de 36 anos. Esse levantamento contribuirá para uma discussão mais aprofundada e desvelará, por meio das fontes pesquisadas e dos dados, qual o real cenário da cultura materializado no CIC, se houve avanços significativos ou grandes permanências em relação a sua origem na década de 1980.

REFERÊNCIAS

A TENTATIVA dos grupos locais. **O Estado**, Florianópolis, p. 17, 10 fev. 1980. Acervo BPSC: setor de obras raras.

ADAMS, Betina Maria. **O patrimônio de Florianópolis: trajetória da gestão para sua preservação**. 2001. 228 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/79639?show=full>>. Acesso em: 8 maio 2018.

AS NOVAS vias: a Expressa Sul, até o Campeche e a de Contorno Norte (duplicação da Beira-Mar). **O Estado**, Florianópolis, p. 16, 23 abr. 1980. Acervo BPSC: setor de obras raras.

AVENIDA Beira-Mar Norte se modernizou ao longo das décadas em Florianópolis. **Hora de Santa Catarina**, 8 fev. 2014. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/02/avenida-beira-mar-norte-se-modernizou-ao-longo-das-decadas-em-florianopolis-4413046.html>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BEDINELLI, Talita; BENITES, Afonso. PMDB volta a se chamar MDB: retorno ao passado para aplacar crise de imagem. **El País**, São Paulo; Brasília, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/19/politica/1513695154_142381.html>. Acesso em: 5 mar. 2018.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (BPSC). **Registro em letras e fotos**. Florianópolis, ano. 1, n. 1, jan./maio 1970. Acervo BPSC: setor de obras raras.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Alta costura, alta cultura. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 154-161.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Câmara aprova projeto que altera “idade” de Florianópolis para 342 anos. Florianópolis, [jun. 2015]. Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br/noticias/e9bc3f16-f049-460f-bdaf-026847ac29ea>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Legislaturas. [201-]. Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br/legislaturas>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

CAMPOS, Edson Telê. **A Expansão Urbana da Região Metropolitana de Florianópolis e a Dinâmica da Indústria da Construção Civil**. 2009. 212 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92562>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

CANEDO, Daniele. “Cultura é o que?” – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM

CULTURA (ENECULT), 5., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

CAPITAL ganha heliporto no aterro. **O Estado**, Florianópolis, capa, 26 jan. 1980. Acervo BPSC: setor de obras raras.

CASA DE CULTURA MARIO QUINTANA (CCMQ). A casa. 2016. Disponível em: <http://www.ccmq.com.br/site/?page_id=183>. Acesso em: 25 mar. 2018.

CENTRO CULTURAL SÃO PAULO (CCSP). CCSP. 2018. Disponível em: <<http://centrocultural.sp.gov.br/site/institucional/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

CENTRO de convenções. **O Estado**, Florianópolis, p. 5, 18 jan. 1980. Acervo BPSC: setor de obras raras.

CENTRO de Cultura estará concluído em 18 meses. **O Estado**, Florianópolis, p. 17, 28 fev. 1981. Acervo BPSC: setor de obras raras.

CENTRO de Cultura. **O Estado**, Florianópolis, p. 4, 7 mar. 1981. Acervo BPSC: setor de obras raras.

CENTRO Integrado de Cultura fica pronto em 10 meses. **O Estado**, Florianópolis, p. 16, 17 dez. 1981. Acervo BPSC: setor de obras raras.

CENTRO Integrado de Cultura será inaugurado sábado. **A Gazeta**, Florianópolis, capa, 12 nov. 1982. Acervo BPSC: setor de obras raras.

CENTRO Integrado de Cultura. **A Gazeta**, Florianópolis, p. 4, 2 nov. 1982. Acervo BPSC: setor de obras raras.

CENTRO Integrado de Cultura: sem informações, classe artística questiona a viabilidade da obra. **O Estado**, Florianópolis, p. 23, 14 nov. 1982. Acervo BPSC: setor de obras raras.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: O direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Cultura e Democracia**. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

CONSTRUÍDO em um ano, o Centro Integrado de Cultura é aberto. **O Estado**, Florianópolis, p. 2, 14 nov. 1982. Acervo BPSC: setor de obras raras.

DAMIÃO, Carlos. Avenida Beira-Mar Norte começou a ser implantada há 50 anos. **Notícias do Dia**, 27 de set. 2014. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao/avenida-beira-mar-norte-comecou-a-ser-implantada-ha-50-anos>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

DORNICKE. CCSP 1.JPG: Detalhe do edifício, concreto armado e logo inspirada na estrutura metálica interna. **Wikipédia**, 4 fev. 2009. 1 fotografia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Cultural_S%C3%A3o_Paulo#/media/File:CCSP_1.JPG>. Acesso em: 25 mar. 2018.

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea**, v. 3, p. 173-192, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/124/71>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FERREIRA, Domingos. Teatro. **O Estado**, Florianópolis, p. 4, 6 abr. 1980. Opinião do Leitor. Acervo BPSC: setor de obras raras.

FONSECA, Jefferson Rafael. “Longe demais das capitais”: lutas de representação em Florianópolis (1970-1980). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina, 2005. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<https://anais.anpuh.org/?p=16105>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA (FCC). Conselho Deliberativo. **Ata da 5ª Reunião Ordinária de 30 de junho de 1982**. Acervo arquivístico da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural. Florianópolis, 30 jun. 1982. p. 12-13.

_____. **Discotecando no MIS ganha nova edição no jardim do CIC**. 4 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.cultura.sc.gov.br/noticias/20200-20200-discotecando-no-mis-ganha-nova-edicao-no-jardim-do-cic>>. Acesso em: 8 maio 2018.

_____. **FCC abre edital para seleção de profissionais para realização de oficinas**. 16 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.cultura.sc.gov.br/noticias/oficinas-arte/20992-fcc-abre-edital-para-selecao-de-profissionais-para-realizacao-de-oficinas>>. Acesso em: 8 maio 2018.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Atualização de valores. 2018. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GERLACH, Gilberto. Em defesa do TAC. **O Estado**, Florianópolis, p. 4, 4 fev. 1982. Opinião do Leitor. Acervo BPSC: setor de obras raras.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRELLI, Luciana Silvestre. A lógica cultural do capitalismo contemporâneo a partir da obra de Fredric Jameson. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, p. 84-99, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/424>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de Valor: patrimônio cultural em Santa Catarina**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016.

GUIDI, Eduardo Zons. **Victor Antônio Peluso Júnior: Pioneiro da Geografia Catarinense**. 2010. 297 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-

Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94576/283098.pdf?sequence=1>>.
Acesso em: 20 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do censo demográfico 2010**. 2018. Disponível em:
<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

KERSTEN, Willy. Teatro. **O Estado**, Florianópolis, p. 4, 13 jan. 1982a. Opinião do Leitor. Acervo BPSC: setor de obras raras.

_____. Teatro. **O Estado**, Florianópolis, p. 4, 20 jan. 1982b. Opinião do Leitor. Acervo BPSC: setor de obras raras.

_____. Teatro. **O Estado**, Florianópolis, p. 4, 30 jan. 1982c. Opinião do Leitor. Acervo BPSC: setor de obras raras.

_____. Teatro: senhor diretor. **O Estado**, Florianópolis, p. 4, 11 fev. 1982d. Opinião do Leitor. Acervo BPSC: setor de obras raras.

MACÁRIO, Carol. 30 anos do CIC: um marco cultural em SC. **Notícias do Dia**, Florianópolis, p. 4-5, 30 ago. 2012a. Plural.

_____. Centro Integrado de Cultura de Florianópolis seria construído no Centro da cidade. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 31 ago. 2012b. Disponível em:
<<https://ndonline.com.br/florianopolis/plural/centro-integrado-de-cultura-de-florianopolis-seria-construido-no-centro-da-cidade>>. Acesso em: 25 out. 2017.

MACHADO, Alzemi.; MARCELINO, Roseléia (Org.). **Catálogo de jornais catarinenses: 1831-2013**. Florianópolis: FCC, 2014.

MEDEIROS, Adriana de. **Identificação de riscos ambientais em espaços cênicos: o caso do Centro Integrado de Cultura - CIC**. (FPOLIS, SC.). 1998. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção e Sistemas, Florianópolis, 1998. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/77985/143070.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

MUSEU vai deixar a Conselheiro Mafra. **A Gazeta**, Florianópolis, capa. 23 out. 1982. Acervo BPSC: setor de obras raras.

OLEIAS, Valmir José. **O lazer no Aterro da Baía Sul em Florianópolis: o abandono de um grande projeto**. 1994. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 1994. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/76059/138837.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de. **Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos.** 2006. 214 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PARQ0023.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

PIAZZA, Walter Fernando. Cultura e identidade catarinense. **O Estado**, Florianópolis, p. 26, 11 nov. 1982. Acervo BPSC: setor de obras raras.

POLÊMICA sobre o uso do aterro já é antiga. **O Estado**, Florianópolis, p. 16, 7 jun. 1981. Acervo BPSC: setor de obras raras.

PONTE HERCÍLIO LUZ. As três irmãs: Saiba mais sobre as Pontes de Florianópolis. 20 de fev. 2017. Disponível em: <<http://nossahercilioluz.com.br/as-tres-irmas-saiba-mais-sobre-as-pontes-de-florianopolis>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

REIS, Paulo Félix dos. Políticas Nacionais de Cultura: o documento de 1975 a proposta do governo Lula/Gil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 5., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19550.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

SANTA CATARINA (Governo do Estado). **Decreto Estadual nº 7.439, de 24 de abril de 1979.** Institui a Fundação Catarinense de Cultura - FCC, e dá outras providências. Disponível em: <<http://fcc.sc.gov.br/?mod=pagina&id=8358>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

_____. **Decreto Estadual nº 9.150, de 4 de junho de 1970.** Regulamenta o decreto n. SE-31-12-69/8.840 “A” que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

_____. **Lei Estadual nº 5.056, de 22 de agosto de 1974.** Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Estado e dá outras providências. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1974/5056_1974_lei.html>. Acesso em: 3 abr. 2018.

_____. **Lei Estadual nº 5.747, de 13 de agosto de 1980.** Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo com a Caixa Econômica Federal e dá providências correlatas. Florianópolis, ago. 1980. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1980/5747_1980_Lei.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. **Lei Estadual nº 15.382, de 20 de dezembro de 2010.** Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis. Florianópolis, dez. 2010. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2010/15382_2010_Lei.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Notícias. **Cinema ao Vivo vai a Pomerode, São Francisco do Sul, Tijucas e Laguna.** 24 out. 2017. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/cultura/cinema-ao-vivo-chega-a-pomerode-sao-francisco-do-sul-tijucas-e-laguna>>. Acesso em: 8 maio 2018.

SCHMITT, Luiz Eduardo. Terminal Rita Maria, em Florianópolis, completa 30 anos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 7 set. 2011. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/09/terminal-rita-maria-em-florianopolis-completa-30-anos-3477678.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

TEATRO. **O Estado**, Florianópolis, p. 4, 15 jun. 1980. Acervo BPSC: setor de obras raras.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Espaços Públicos da Orla Marítima do Centro Histórico de Florianópolis: o lugar do Mercado**. 2002. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83888/188092.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

TERCEIRA pista da Beira-Mar estará pronta no final de 1981. **O Estado**, Florianópolis, p. 16. 22 maio 1980. Acervo BPSC: setor de obras raras.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA (TRE-SC). **Eleições Estaduais 1982: Resumo Geral**. [1998?]. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1982/Resumo%20Geral%201982.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianez, 2012.

VETROMILLA, Clayton. **Política Cultural nos anos 70: Controvérsias e Gênese do Instituto Nacional de Música da Funarte**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Setor de Estudos de Política e Culturas Comparadas FCRB/MinC, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_ClaytonDaunisVetromilla_Politica_cultural_nos_anos_70.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

WESCHENFELDER, Ana Paula. **Pesquisa de identificação de perfil e de satisfação dos usuários do Centro Integrado de Cultura (CIC) como fonte de informação para a gestão pública da cultura**. 2016. Trabalho de conclusão (Especialização em Gestão Pública Avançada) – Fundação Escola de Governo ENA – Ecolé Nationale D'Administration, Florianópolis, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

